Always ready for Operation
Now ready for Portugal

O Ministério da Defesa de Portugal encomendou à Steyr-Daimler-Puch Spezialfahrzeug GmbH o fornecimento de 260 blindados de rodas PANDUR, dos quais 20 viaturas são anfíbias. Todas as viaturas são produzidas na versão 8x8 e em 15 variantes diversas a fornecer às Forças Armadas terrestres e à Marinha portuguesas. O armamento inclui variantes com a torre Steyr SP 30 e abrange desde a metralhadora cal. 12,7 mm até ao Morteiro cal. 120 mm.

STEYR

GENERATION

STEYR-DAIMLER-PUCH
SPEZIALFAHRZEUG GMBH
A GENERAL DYNAMICS COMPANY

P.O.B. 100, A -1111 Vienna, Austria, Phone: +43-1-760 64
Fax: +43-1-769 81 49, Homepage: www.steyr-ssf.com

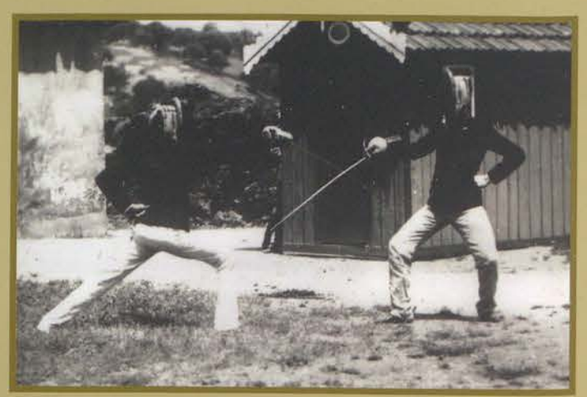
REVISTA da CAVALARIA

Revista Quadrimestral de Cavalaria | Outubro 2009 | 3ª Série | Ano VII | Nº 18

Especialidades de Cavalaria

Especialidades de Cavalaria do Tempo de Torres Novas

(Década de 1930)



Sumário

- Palavras do Director Honorário da Arma _____ 4
  TGEN Luís Miguel de Negreiros Morais de Medeiros
- Editorial _____ 5
  TCOR Cav Miguel Freire
- «Roteiro Formativo nas Escpecialidades de Cavalaria» _ 6
  TCOR Cav Francisco Rodrigues
  MAJ Cav Hélder Coelho
- «Colecção visitável – Tenente-Coronel de Cavalaria Salgueiro Maia, da Escola Prática de Cavalaria – a sua reabertura em Abrantes» _____ 18
  TCOR Cav Francisco Rodrigues
- «Mais do que um Amigo» _____ 24
  SMOR Cav Reformado Lourenço
- «Subversão e Contra-Subversão – Caracterização e Operacionalização» _____ 27
  TEN Cav David Garcia
- «Patrulhas da Cavalaria '09» _____ 33
  Secção de Operações / Informações RC6
- «A Unidade de Segurança e Honras de Estado e o Regimento de Cavalaria da GNR» _____ 36
  CAP Cav GNR Miguel G. Ferreira
- Equitação: Varas e Cavaletes _____ 41
- Livros / Artigos / Revistas / Sites _____ 43
- Resenha de Actividades das Unidades _____ 46
- Promoções/Nomeações/Óbitos _____ 54

FICHA TÉCNICA

Propriedade
Associação Revista da Cavalaria

Director
TCOR Miguel Freire

Chefe de redacção
MAJ Jorge Henriques

Redacção
TEN Paulo Fernandes

Revisão
TCOR Miguel Freire
MAJ Jorge Henriques

Créditos das fotografias
Capa: EPC
Quartel da Cavalaria
RC6
Verso da Capa:
EPC

Contactos
Associação Revista da Cavalaria
Regimento de Lanceiros N.º 2
Calçada da Ajuda
1349-054 Lisboa
E-m@il:
revistadacavalaria@gmail.com

Execução gráfica
SOARTES - artes gráficas, lda.

Depósito Legal
203499/03

Luís Miguel de Negreiros Morais de Medeiros
TGEN

Palavras do Director Honorário da Arma

A Direcção da Revista de Cavalaria escolheu para tema deste número "As Especialidades da Cavalaria", tema de grande importância, já que são os militares das várias especialidades de Cavalaria que dão corpo à nossa Arma.

Ao longo dos tempos as especialidades foram variando de acordo com os meios e os equipamentos utilizados pelas Subunidades de Cavalaria e, sobretudo com o seu maior ou menor grau de sofisticação.

Apareceram novas designações e deixaram de se usar outras, no entanto mantiveram-se os princípios que norteiam a actuação das tropas, que é independente do tipo de material que em cada época equipa as Subunidades da nossa Arma, princípios de actuação que são um autêntico fio condutor que liga as várias gerações de militares de Cavalaria, e que mais não é do que o espírito que anima todos os Cavaleiros, que permitiu que ao longo das várias épocas os Cavaleiros cumprissem da melhor forma as missões atribuídas.

É pois da maior importância que os quadros da nossa Arma especialmente os mais jovens, animados da generosidade própria da sua idade, procurem garantir a qualidade, eficiência e eficácia da instrução e principalmente contribuir para moldar o Espírito Cavaleiro nos novos militares de Cavalaria, honrando o legado das anteriores gerações de Cavaleiros e dando continuidade ao património por elas legado.

Com o novo ano que agora se inicia, formulo votos de um Bom Ano de 2010 para todos os Cavaleiros e suas Famílias.

TGEN LUÍS MIGUEL DE MEDEIROS
Director Honorário da Arma de Cavalaria.

Editorial

Boas notícias hoje, são bons desafios no futuro.

A década que agora termina foi rica em transformações que varreram o mundo e às quais o nosso país, naturalmente, não pode passar incólume. De uma maneira geral, as forças armadas foram vítimas mas também protagonistas deste alvoroço que se passou a nível global. Também aqui às Forças Armadas Portuguesas e o Exército em particular foram vítimas e protagonistas. Se olharmos com atenção para o que de significativo se passou verificamos que não foram poucas as mudanças. A transição de um sistema de conscrição para um sistema baseado exclusivamente em voluntariado está, indiscutivelmente, no topo da lista. Mas há mais! Por muito despercebido que nos passe no dia-a-dia, ao contrário da percepção dos nossos aliados da NATO que nesta matéria não têm dúvidas, unidades do nosso exército estão num Teatro de Operações onde, no cumprimento das missões para as quais estão mandatadas, são alvos de acções intencionalmente letais de quem não quer que sejam cumpridas, e, em resposta de legítima defesa, as nossas unidades poderão ter que usar do mesmo grau de letalidade. Falamos do Afeganistão e numa linguagem bem mais clara significa que se pode voltar a matar e a morrer em combate. Isto é a realidade, quer se goste ou não! Um exército de voluntários com unidades projectadas num Teatro de Operações (TO) exigente e em processo de aquisição de novas plataformas de combate, poderia ser uma forma de caracterizar o Exército Português neste fim de década.

Claro está!, a cavalaria também é parte desta transformação. Como arma de manobra a Cavalaria Portuguesa tem também responsabilidades! E se voltarmos a olhar com atenção verificamos que também não foram poucas as transformações que sofreu:

- Mudou a localização geográfica da sua Escola Prática;
- Perdeu um Regimento, o Quatro! Embora se tenham mantido as unidades que o justificavam: o GCC/BrigMec e o ERec/BrigMec.
- Ganhou uma Unidade de Escalão Batalhão, o Grupo de Auto-metralhadoras, que está a ser criada de raiz e receberá viaturas novas, adquiridas para o efeito;
- Substituiu o seu Carro de Combate M60A3TTS pelo Leopard 2A6, por muitos considerado apenas um dos melhores carros de combate do mundo;
- Um dos seus Esquadrões de Reconhecimento será equipado com novas viaturas;
- Participou com unidades de "Carros de Combate" e de "Polícia do Exército" em forças da "NATO Response Force".

Reconheçamos que o saldo é positivo e constitui o ponto de partida de um grande desafio para a próxima década.

Tudo isto são mudanças facilmente observáveis no domínio da "Tecnologia" e "Organização". Mas existem duas outras componentes associadas à ideia de transformação das forças armadas: as "Pessoas" e a "Doutrina". Nestas componentes já não é tão fácil objectivar as transformações, embora as haja. Por serem menos visíveis, mas não menos determinantes, também elas merecem um olhar mais atento. Por esta razão decidimos escolher como tema deste número as "Especialidades de Cavalaria". Como estão a ser formados os quadros e praças em Regime de Voluntariado e Contrato que preenchem as fileiras da nossa Cavalaria? Pedimos à EPC que nos informasse.

Para além do tema central destacamos a importância de divulgar o novo espaço que constitui a Colecção Visitável TCor Cavª Salgueiro Maia, na EPC, em Abrantes, e a nova fisionomia do antigo Regimento de Cavalaria da GNR.

A subversão e a contra-subversão, continuarão a ser um tema recorrente na nossa revista já que é a realidade dos TO onde estamos.

As "patrulhas da Cavalaria" organizadas pelo RC6 e os sempre interessantes artigos do nosso Mor Lourenço completam este número. Nele optámos por não publicar a secção "Os meus livros" pois quisemos dar destaque à Lista de Leitura Profissional pela importância que lhe atribuímos e à qual demos uma nova roupagem: um encarte em monofolha a cores com uma tiragem superior à Revista da Cavalaria para ser endereçada a outras unidades que habitualmente não recebem a revista.

Boas leituras.

TCOR Cav MIGUEL FREIRE
G3 Cmd BrigMec

Linha editorial

Para o próximo número o tema será:

Nº	Mês da Publicação	Data limite de entrega	Tema
19	Dezembro '09 (a publicar em Fevereiro)	15 Janeiro '10	Os 300 Anos do Regimento de Cavalaria N.º 6

Os artigos não deverão ultrapassar as 3500 palavras e, sempre que possível, acompanhados de fotografias, mapas ou outras imagens que o autor entenda convenientes.
Independentemente do tema central a Revista mantém fixas as seguintes secções:

- Editorial
- Correio do Leitor
- Livros - Artigos - Revistas - Sites
- Resenha de Actividades de Unidades

Roteiro Formativo nas Especialidades de Cavalaria

1. SITUAÇÃO

O convite endereçado pela Direcção da Revista da Cavalaria ao Director de Formação da Escola Prática de Cavalaria (EPC), TCOR Cav Francisco Amado Rodrigues, para que este elaborasse um artigo cujo tema incidisse no actual roteiro formativo das especialidades de cavalaria, foi correspondido pela elaboração do presente texto, da autoria conjunta do Director de Formação e do Chefe da Secção de Programação e Avaliação e Estudos Técnicos, MAJ Cav Hélder Coelho, também da EPC.

Considerando o carácter heterogéneo do universo dos leitores da Revista da Cavalaria, desde militares no activo, passando por outros na reserva e reforma, até civis, e o objectivo do tema referido em epígrafe, estabeleceu-se a sua Finalidade, a respectiva Análise e algumas Considerações Finais, todos a seguir desenvolvidos.

2. FINALIDADE

Apresentar e divulgar o actual roteiro formativo das especialidades de cavalaria, focalizado exclusivamente nos Oficiais, Sargentos e Praças do Regime de Voluntariado e de Contrato (RV/RC).

3. ANÁLISE

a. Roteiro formativo de Oficiais de Cavalaria RV/RC

(1) Instrução Básica (IB)

A IB é ministrada na Escola Prática de Artilharia (EPA) aos Soldados-cadetes incorporados voluntariamente no Exército Português, quer do sexo masculino quer do sexo feminino. Uma das condições de frequência do Curso de Formação de Oficiais (CFO) RV/RC, entre outras, é o facto de os Soldados-cadetes terem todos, no mínimo, o grau académico *licenciatura*. A IB decorre durante cinco semanas, totalizando vinte e cinco Dias Úteis de Formação (25 DUF) ou cento e oitenta e oito Tempos de Formação (188 TF). Inclui treze Módulos de Formação (MF). O quadro seguinte permite sintetizar e integrar os MF e os respectivos TF.

Quadro nº 1 – MF e TF do CFO/IB

MF	TF		Total TF
	Diurnos	Nocturnos	
Armamento e Tiro	16	1	17
Canto Coral	2	0	2
Defesa Contra Incêndios	0	4	4
Educação Física Militar	29	0	29
Informação e Contra-informação	3	3	6
Educação Moral, Cívica e Militar	30	0	30
Defesa Nuclear, Biológica e Química	12	0	12
Ordem Unida	16	0	16
Saúde, Higiene e 1ºs Socorros	7	0	7
Técnica Individual de Combate	7	4	11
Topografia	6	2	8
Avaliação de Desempenho	8	0	8
À Disposição do Comando	38	0	38
Total TF	174	14	188

A IB do CFO é exactamente igual, em DUF, MF e TF, ao Curso de Formação de Sargentos (CFS) e ao Curso de Formação Geral Comum de Praças do Exército (CFGCPE). A sua conclusão com sucesso é materializada pelo respectivo Juramento de Bandeira e graduação em Aspirante.

(2) 1ª Parte da Instrução Complementar (IComp)

A 1ª Parte da IComp decorre igualmente na EPA e tem a duração de quatro semanas, com 20 DUF, distribuídos por 157 TF e divididos pelos seguintes MF:

TCOR CAV FRANCISCO RODRIGUES
MAJ CAV HÉLDER COELHO
EPC

Quadro nº 2 – MF e TF do CFO/1ª Parte da IComp

MF	TF		Total TF
	Diurnos	Nocturnos	
Armamento e Tiro	15	0	15
Protecção do Ambiente	6	0	6
Chefia Militar	5	0	5
Educação Física Militar	22	0	22
Informação e Contra-informação	3	0	3
Metodologia da Instrução	6	0	6
Sapadores	3	0	3
Transmissões	11	0	11
Técnica Individual de Combate	10	6	16
Topografia	15	2	17
Avaliação de Desempenho	4	0	4
À Disposição do Comando	12	0	12
Exercícios Finais de Campo	28	9	37
Total TF	140	17	157

Desta estrutura modular destaca-se a realização dos Exercícios Finais de Campo, vulgarmente designada "*semana de campo*", onde os Aspirantes Graduados praticam de forma mais rigorosa e vigorosa as matérias dadas, quer na IB quer nesta 1ª parte da IComp.

O sucesso nesta fase da formação é materializado pelo início do processo de contrato com o Exército Português por um período de dois anos. Contudo, esta e a fase de formação seguinte, ainda são consideradas *período experimental*, admitindo-se em qualquer momento a desistência de frequência do curso.

(3) 2ª Parte da Instrução Complementar (ou Especialidades de Cavalaria)

De uma forma geral, a 2ª Parte da IComp, também designada por Especialidade, é ministrada nas respectivas Escolas Práticas afins e tem uma duração variável, dependendo do Curso em apreço. Assim, à EPC compete ministrar a 2ª Parte da IComp ou Especialidades de Cavalaria nas seguintes áreas: Reconhecimento de Rodas (RecRodas), Reconhecimento de Lagartas (RecLag), Carros de Combate (CC) e Polícia do Exército (PE). A duração destas especialidades é mutável. Salienta-se o requisito de posse de carta de condução, categoria B, aos Aspirantes Graduados das especialidades de RecRodas, de RecLag e de CC. No final do respectivo curso e especialidade, verifica-se o início do contrato com o Exército Português por dois anos e a promoção a Aspirante-a-oficial.

Fonte: EPC

Reconhecimento de Rodas

O CFO RecRodas destina-se a habilitar os formandos a:

- Comandar um Pelotão de Reconhecimento de Rodas em qualquer situação táctica, integrado nas Unidades de Reconhecimento e obter conhecimentos para, se necessário, assumir a função de Adjunto ou o comando de um Esquadrão de Reconhecimento de Rodas;
- Executar as tarefas de manutenção do seu escalão;
- Operar o sistema de controlo de tiro e o armamento orgânico da sua viatura de acordo com a função a desempenhar (Chefe de Carro);
- Operar e manter outros meios específicos da sua Especialidade inerentes à sua unidade táctica elementar;
- Ser instrutor do CFGCPE e da respectiva especialidade.

Este curso tem uma duração de 531 TF, divididos pelos seguintes MF:

Quadro nº3 – MF e TF do CFO/RecRodas

MF	TF		Total TF
	Diurnos	Nocturnos	
Armamento e Tiro	60	0	60
Transmissões	18	0	18
Socorrismo, Higiene e Saúde	6	0	6
Sapadores	7	0	7
Vigilância do Campo de Batalha	10	5	15
Informação e Contra-informação	11	5	16
Técnica da Especialidade da Viatura	121	6	127
Conduta de Tiro	15	0	15
Organização	3	0	3
Técnica e Táctica de Pelotão de Rec	92	10	102
Táctica de Esquadrão de Rec	30	0	30
Administração de Subunidades	15	0	15
Ordem Unida	5	0	5
Educação Física Militar	72	0	72
Avaliação de Desempenho	37	3	40
Total TF	502	29	531

Reconhecimento de Lagartas

O CFO RecLag destina-se a habilitar os formandos a:

- Comandar um Pelotão de Reconhecimento de Lagartas em qualquer situação táctica, integrado nas Unidades de Reconhecimento e obter conhecimentos para, se necessário, assumir a função de Adjunto ou o comando de um Esquadrão de Reconhecimento de Lagartas;
- Executar as tarefas de manutenção do seu escalão;
- Operar o sistema de controlo de tiro e o armamento orgânico da sua viatura de acordo com a função a desempenhar (Chefe de Carro);
- Operar e manter outros meios específicos da sua Especialidade inerentes à sua unidade táctica elementar;
- Ser instrutor do CFGCPE e da respectiva especialidade.

Este curso tem uma duração de 548 TF, divididos pelos seguintes MF:

Quadro nº4 – MF e TF do CFO/Rec Lagartas

MF	TF		Total TF
	Diurnos	Nocturnos	
Armamento e Tiro	56	0	56
Transmissões	18	0	18
Socorrismo, Higiene e Saúde	5	0	5
Sapadores	7	0	7
Defesa Nuclear, Biológica e Química	2	0	2
Vigilância do Campo de Batalha	16	11	27
Informação e Contra-informação	11	5	16
Técnica da Especialidade da Viatura	100	8	108
Conduta de Tiro	29	6	35
Organização	3	0	3
Técnica e Táctica de Pelotão de Rec	92	10	102
Táctica de Esquadrão de Rec	35	0	35
Administração de Subunidades	15	0	15
Ordem Unida	5	0	5
Educação Física Militar	68	0	68
Avaliação de Desempenho	46	0	46
Total TF	508	40	548

Fonte: EPC

Carros de Combate

O CFO CC destina-se a habilitar os formandos a:

- Comandar um Pelotão de Carros de Combate em qualquer situação táctica, integrado nas Unidades de Carros de Combate e obter conhecimentos para, se necessário, assumir a função de Adjunto ou o comando de um Esquadrão de Carros de Combate;
- Executar as tarefas de manutenção do seu escalão;
- Operar o sistema de controlo de tiro e o armamento orgânico do CC de acordo com a função a desempenhar (Chefe de Carro);
- Operar e manter outros meios específicos da sua Especialidade inerentes à sua unidade táctica elementar;
- Ser instrutor do CFGCPE e da respectiva especialidade.

Este curso tem uma duração de 431 TF, divididos pelos seguintes MF:

Quadro nº5 – MF e TF do CFO/CC

MF	TF		Total TF
	Diurnos	Nocturnos	
Armamento e Tiro	35	0	35
Transmissões	19	0	19
Socorrismo, Higiene e Saúde	4	0	4
Sapadores	7	0	7
Defesa Nuclear, Biológica e Química	2	0	2
Vigilância do Campo de Batalha	15	8	23
Informação e Contra-informação	11	5	16
Técnica da Especialidade da Viatura	80	3	83
Conduta de Tiro	29	6	35
Organização	5	0	5
Técnica e Táctica de Pelotão de CC	51	10	61
Táctica de Esquadrão de CC	33	0	33
Administração de Subunidades	15	0	15
Ordem Unida	5	0	5
Educação Física Militar	54	0	54
Avaliação de Desempenho	34	0	34
Total TF	399	32	431

(d) Polícia do Exército

O CFO PE destina-se a habilitar os formandos a:

- Comandar um Pelotão de Polícia do Exército em qualquer situação táctica, integrado nas Unidades de Polícia do Exército e obter conhecimentos para, se necessário, assumir a função de Adjunto ou o comando de um Esquadrão de Polícia do Exército;
- Executar as tarefas de manutenção do seu escalão;
- Operar e manter outros meios específicos da sua Especialidade inerentes à sua unidade táctica elementar;
- Ser instrutor do CFGCPE e da respectiva especialidade.

Este curso tem uma duração de 374 TF, divididos pelos seguintes MF:

Quadro nº6 – MF e TF do CFO/PE

MF	TF		Total TF
	Diurnos	Nocturnos	
Armamento e Tiro	16	0	16
Transmissões	10	0	10
Socorrismo, Higiene e Saúde	3	0	3
Sapadores	7	0	7
Vigilância do Campo de Batalha	4	1	5
Informação e Contra-informação	11	5	16
Organização	3	0	3
Técnica e Táctica de Pelotão de PE	42	0	42
Técnica de PE	114	26	140
Táctica de PE	26	0	26
Administração de Subunidades	15	0	15
Ordem Unida	10	0	10
Educação Física Militar	51	0	51
Avaliação de Desempenho	13	0	13
Legislação	17	0	17
Total TF	342	32	374

b. Roteiro formativo de Sargentos de Cavalaria RV/RC

O CFS Cav RV/RC tem duas origens possíveis de recrutamento: o interno, constituído pelo universo de ambos os sexos das Praças do Exército Português; e o externo, que são os cidadãos masculinos ou femininos voluntários para a carreira de Sargentos RV/RC. Uma das condições de frequência do CFS RV/RC, entre outras, é o facto de os Soldados-instruendos terem todos, no mínimo, o 12º ano. Ficam excluídos do CFS RV/RC aqueles que tenham o grau académico licenciatura ou superior, excepto os de Saúde, como por exemplo os Enfermeiros.

Fonte: QCAV/BRIGMEC

(1) Instrução Básica

A IB tem sido ministrada na EPC aos Soldados-instruendos que, oriundos da vida civil, voluntariamente são incorporados no Exército Português. A execução da IB só será transferida para a Escola de Sargentos do Exército depois desta reunir as condições necessárias e suficientes para formar todos os sargentos do Exército Português. A estrutura modular da IB é a mesma que aquela anteriormente descrita no contexto do CFO, tendo por isso o mesmo número de DUF, MF e TF. Ficam dispensadas desta formação, as Praças seleccionadas e admitidas ao CFS, uma vez que já a frequentaram noutro momento e é igual a todos os cursos de formação. No final da IB os Soldados-instruendos são graduados em 2º Furriéis.

(2) 1ª Parte da Instrução Complementar

A 1ª Parte da IComp decorre igualmente na EPC e, à semelhança da estrutura modular do CFO, tem igual duração de quatro semanas, com 20 DUF, distribuídos por 157 TF e divididos pelos MF anteriormente descritos no contexto do CFO.

O sucesso obtido pelos 2º Furriéis Graduados e oriundos da vida civil é materializado pelo início do seu processo de contrato com o Exército Português por um período de dois anos. Os 2º Furriéis Graduados oriundos de Praças mantêm, nesta fase da formação, as condições contratuais estabelecidas nesta última categoria. Contudo, esta e a fase de formação seguinte, ainda são consideradas *período experimental*, admitindo-se em qualquer momento a desistência de frequência do curso.

(3) 2ª Parte da Instrução Complementar ou Especialidades de Cavalaria

De uma forma geral, a 2ªParte da IComp, também designada por Especialidade, é ministrada nas respectivas Escolas Práticas afins e tem uma duração variável, dependendo do Curso em apreço. Assim, à EPC compete ministrar a 2ª Parte da IComp ou Especialidades de Cavalaria nas seguintes áreas: RecRodas, RecLag, CC, PE e Vigilância do Campo de Batalha (VCB). A duração destas especialidades é mutável. Salienta-se o requisito de posse de carta de

condução, categoria B, aos 2º Furriéis Graduados das especialidades de RecRodas, de RecLag e de CC. No final do respectivo curso e especialidade, verifica-se o início do contrato com o Exército Português por dois anos e a promoção a 2º Furriel.

(a) Reconhecimento de Rodas

O CFS RecRod destina-se a habilitar os formandos a:

- Assumir a condição de Sargento de Pelotão e obter conhecimentos para, se necessário, comandar um Pelotão de Reconhecimento;
- Comandar uma Esquadra/Secção de Exploração e Secção de Atiradores e/ou chefiar uma viatura de reconhecimento em qualquer situação táctica, integrado nas Unidades de Reconhecimento;
- Executar as tarefas de manutenção do seu escalão;
- Operar o sistema de controlo de tiro e o armamento orgânico da sua viatura, de acordo com a função a desempenhar (Chefe de Carro);
- Operar e manter outros meios específicos da sua Especialidade inerentes à sua unidade táctica elementar;
- Ser encarregado do CFGCPE e da respectiva especialidade.

Este curso tem uma duração de 472 TF, divididos pelos seguintes MF:

Quadro nº7 – MF e TF do CFS/RecRodas

MF	TF		Total TF
	Diurnos	Nocturnos	
Armamento e Tiro	60	0	60
Transmissões	18	0	18
Socorrismo, Higiene e Saúde	6	0	6
Sapadores	7	0	7
Vigilância do Campo de Batalha	10	5	15
Informação e Contra-informação	11	5	16
Técnica da Especialidade da Viatura	121	6	127
Conduta de Tiro	15	0	15
Organização	3	0	3
Técnica e Táctica de Pelotão de Rec	92	10	102
Educação Física Militar	64	0	64
Avaliação de Desempenho	36	3	39
Total TF	443	29	472

Reconhecimento de Lagartas

O CFS RecLag destina-se a habilitar os formandos a:

- Assumir a condição de Sargento de Pelotão e obter conhecimentos para, se necessário, comandar um Pelotão de Reconhecimento;
- Comandar uma Esquadra/Secção de Exploração e Secção de Atiradores e/ou chefiar uma viatura de reconhecimento em qualquer situação táctica, integrado nas Unidades de Reconhecimento;
- Executar as tarefas de manutenção do seu escalão;
- Operar o sistema de controlo de tiro e o armamento orgânico da sua viatura de acordo com a função a desempenhar (Chefe de Carro);
- Operar e manter outros meios específicos da sua Especialidade inerentes à sua unidade táctica elementar;
- Ser encarregado do CFGCPE e da respectiva especialidade.

Este curso tem uma duração de 492 TF, divididos pelos seguintes MF:

Quadro nº8 – MF e TF do CFS/RecLag

MF	TF		Total TF
	Diurnos	Nocturnos	
Armamento e Tiro	56	0	56
Transmissões	18	0	18
Socorrismo, Higiene e Saúde	5	0	5
Sapadores	7	0	7
Defesa Nuclear, Biológica e Química	2	0	2
Vigilância do Campo de Batalha	16	11	27
Informação e Contra-informação	11	5	16
Técnica da Especialidade da Viatura	100	8	108
Conduta de Tiro	29	6	35
Organização	3	0	3
Técnica e Táctica de Pelotão de Rec	92	10	102
Educação Física Militar	68	0	68
Avaliação de Desempenho	45	0	45
Total TF	452	40	492

Carros de Combate

O CFS CC destina-se a habilitar os formandos a:

- Assumir a condição de Sargento de Pelotão e obter conhecimentos para, se necessário, comandar um Pelotão de Carros de Combate;
- Comandar uma Secção de Carros de Combate e/ou chefiar um Carro de Combate em qualquer situação táctica, integrado nas Unidades de Carros de Combate;

Fonte: EPC

- Executar as tarefas de manutenção do seu escalão;
- Operar o sistema de controlo de tiro e o armamento orgânico do CC de acordo com a função a desempenhar (Chefe de Carro);
- Operar e manter outros meios específicos da sua Especialidade inerentes à sua unidade táctica elementar;
- Ser encarregado do CFGCPE e da respectiva especialidade.

Este curso tem uma duração de 375 TF, divididos pelos seguintes MF:

Quadro nº9 – MF e TF do CFS/CC

MF	TF		Total TF
	Diurnos	Nocturnos	
Armamento e Tiro	35	0	35
Transmissões	19	0	19
Socorrismo, Higiene e Saúde	4	0	4
Sapadores	7	0	7
Defesa Nuclear, Biológica e Química	2	0	2
Vigilância do Campo de Batalha	15	8	23
Informação e Contra-informação	11	5	16
Técnica da Especialidade da Viatura	80	3	83
Conduta de Tiro	29	6	35
Organização	5	0	5
Técnica e Táctica de Pelotão de CC	51	10	61
Educação Física Militar	52	0	52
Avaliação de Desempenho	33	0	33
Total TF	343	32	375

Polícia do Exército

O CFS PE destina-se a habilitar os formandos a:

- Assumir a condição de Sargento de Pelotão e obter conhecimentos para, se necessário, comandar um Pelotão de Polícia do Exército;
- Comandar uma Secção de PE, quer em tempo de paz quer em campanha, integrado nas Unidades de Polícia do Exército;
- Cumprir as missões da PE, actuando de acordo com as normas estabelecidas no que diz respeito à Manutenção da Disciplina, Lei e Ordem, Controlo da Circulação, Prisioneiros de Guerra e Segurança de Área;
- Operar e manter outros meios específicos da sua Especialidade inerentes à sua Unidade Táctica elementar;
- Ser encarregado do CFGCPE e da respectiva especialidade.

Este curso tem uma duração de 320 TF, divididos pelos seguintes MF:

Quadro nº10 – MF e TF do CFS/PE

MF	TF		Total TF
	Diurnos	Nocturnos	
Armamento e Tiro	16	0	16
Transmissões	10	0	10
Socorrismo, Higiene e Saúde	3	0	3
Sapadores	7	0	7
Vigilância do Campo de Batalha	4	1	5
Informação e Contra-informação	11	5	16
Organização	3	0	3
Técnica e Táctica de Pelotão de PE	42	0	42
Técnica de PE	114	26	140
Ordem Unida	5	0	5
Educação Física Militar	44	0	44
Avaliação de Desempenho	12	0	12
Legislação	17	0	17
Total TF	288	32	320

Vigilância do Campo de Batalha

O CFS VCB destina-se a habilitar os formandos a:

- Ser especialista em VCB na condução de operações em todo o espectro da guerra para escalão Companhia e Inferior;
- Ser encarregado do CFGCPE e da respectiva especialidade.

Este curso tem uma duração de 307 TF, divididos pelos seguintes MF:

Quadro nº11 – MF e TF do CFS/VCB

MF	TF		Total TF
	Diurnos	Nocturnos	
Armamento e Tiro	27	0	27
Transmissões	26	0	26
Socorrismo, Higiene e Saúde	5	0	5
Sapadores	7	0	7
Vigilância do Campo de Batalha	65	7	72
Informação e Contra-informação	11	5	16
Técnica da Especialidade da Viatura	77	4	81
Organização	5	0	5
Educação Física Militar	44	0	44
Avaliação de Desempenho	24	0	24
Total TF	291	16	307

Fonte: QCAV / BRIGMEC

c. Roteiro formativo de Praças de Cavalaria RV/RC

Todos os candidatos ao CFGCPE devem ser civis de nacionalidade portuguesa, de ambos os sexos e com uma idade mínima de 18 anos e máxima de 24 anos. Os requisitos académicos dos candidatos são a escolaridade obrigatória. Também devem ser sujeitos a uma junta médica, para avaliação do seu perfil psicofísico, e a provas de aptidão física.

As Praças do Exército Português são formadas inicialmente nos Centros de Formação existentes em Portugal Continental (Escola Prática de Infantaria – Mafra – e Regimento de Artilharia Nº5 – Vila Nova de Gaia) e nas Regiões Autónomas (Madeira e Açores). O seu Referencial de Curso não divide a formação em Instrução Básica e em Instrução Complementar, mas apresenta-a como um todo contínuo e tem a duração total de 12 semanas (5+7 semanas), intercaladas pelo Juramento de Bandeira. Até esta cerimónia, são Soldados-recrutas. Após o Juramento de Bandeira são graduados em Soldado, assim se mantendo durante a 1ª Parte da IComp. Se obtiverem sucesso na formação e assinarem um contrato com o Exército Português, são promovidos a Soldado e iniciam a sua prestação de serviço: ou em RV durante um ano, findo o qual podem transitar para o RC; ou em RC durante dois anos, renováveis anualmente e no máximo seis anos.

O CFGCPE destina-se a habilitar os formandos com formação geral e técnica, adequadas às competências e níveis de desempenho próprios que o Soldado deve ter para ser colocado em qualquer Unidade de Arma ou Serviço. Tem uma duração de 470 TF e divididos pelos seguintes MF:

Quadro nº12 – MF e TF do CFGCPE/IB e 1ª Parte da IComp

MF	TF		Total TF
	Diurnos	Nocturnos	
Armamento e Tiro	24	3	27
Informações e Segurança	13	4	17
Educação Física Militar	66	20	29
Comunicações	18	3	21
Cidadania e Condição Militar	51	0	51
Defesa Nuclear, Biológica e Química	17	0	17
Socorrismo	24	0	24
Técnica Individual de Combate	62	18	80
Orientação	29	5	34
Avaliação de Desempenho	36	0	36
Exercícios Finais	32	12	44
À Disposição do Comando	48	3	51
Total TF	420	50	470

Fonte: EPC

(1) 2ª Parte da Instrução Complementar ou Especialidades de Cavalaria

De uma forma geral, a 2ªParte da IComp, também designada por Especialidade, é ministrada nas respectivas Escolas Práticas afins e tem uma duração variável, dependendo do Curso em apreço. Contudo, há cursos que decorrem noutras entidades formadoras, mas as respectivas Escolas Práticas são as Entidades Primariamente Responsáveis pela formação específica da Arma ou do Serviço. Assim, a EPC é a Entidade Primariamente Responsável (EPR) por todos os Cursos de formação inicial das Praças de Cavalaria, nomeadamente:

Quadro nº13 – Tipo de Cursos das Praças de Cavalaria

Tipo de Curso	Tipo de Viatura
Condutor	VBTP M113
	VBR Pandur
	VBL V200
	VBRec M11
	AM V150
	CC M60 A3TTS
	CC Leopard 2 A6
Apontador	AM V150
	CC M60 A3TTS
	CC Leopard 2 A6
Municiador	CC M60 A3TTS
	CC Leopard 2 A6
Atirador Explorador	VBTP M113
	VBL V200
	VBRec M11
Operador VCB	VBTP M113
	VBRec M11

Fonte: EPC

A EPC, também como entidade formadora, apenas ministra a formação em Praças RV/RC nos cargos de Condutor da Viatura Blindada de Transporte de Pessoal M113 (VBTP M113) e de PE. Todas as restantes formações são realizadas nos diferentes quartéis de Cavalaria afins, excepto a de Condutor de Viatura Blindada de Rodas Pandur, cuja formação decorre no Regimento de Infantaria Nº13 (Vila Real), por determinação superior. De seguida apresentam-se as respectivas estruturas modulares de Condutor VBTP M113 e de PE.

Condutor de VBTP M113

As Praças para frequentarem este cargo têm de possuir os seguintes requisitos:
- Aproveitamento no CFGCPE;
- Carta de condução categoria B;
- 6º Ano de escolaridade ou equivalente;
- Mínimo de 18 anos de idade e máximo 30.

O Cargo de Condutor da VBTP M113 destina-se a habilitar os militares a desempenhar as funções de condutor de viaturas desta família. Tem uma duração de 72 TF, divididos pelos seguintes MF:

Quadro nº14 – MF e TF do Cargo de Condutor de VBTP M113

MF	TF		Total TF
	Diurnos	Nocturnos	
VBTP M113	43	4	47
Transmissões	3	0	3
Técnica da Especialidade	4	0	4
Educação Física Militar	4	0	4
Avaliação de Desempenho	12	0	12
À Disposição do Comando	2	0	2
Total TF	68	4	72

Fonte: EPC

Polícia do Exército

As Praças para frequentarem este cargo têm de possuir os seguintes requisitos:

- Aproveitamento no CFGCPE;
- 6º Ano de escolaridade ou equivalente;
- Mínimo de 18 anos de idade e máximo 30.

O Cargo de PE destina-se a habilitar os militares a desempenhar as funções de Polícia do Exército. Tem uma duração de 206 TF, divididos pelos seguintes MF:

Quadro nº15 – MF e TF do Cargo de PE

MF	TF		Total TF
	Diurnos	Nocturnos	
Armamento e Tiro	21	0	21
Técnicas da Especialidade	105	20	125
Técnicas Complementares	19	3	22
Organização e Legislação	16	0	16
Educação Física Militar	10	0	10
Avaliação de Desempenho	8	0	8
À Disposição do Comando	4	0	4
Total TF	183	23	206

(2) Curso de Promoção a Cabo

Todas as Praças que queiram concorrer ao Curso de Promoção a Cabo (CPCb) têm de ser Soldados em RV/RC e devem possuir os seguintes requisitos:

- Profissionais – um ano de experiência militar;
- Técnicos – possuir o Diploma de Competências Básicas de Tecnologias de Informação (DCBTI) e aproveitamento no Controlo 3;
- Outros – 9º ano de escolaridade completo e aproveitamento nas provas de aptidão física, na admissão ao curso.

O CPCb – Parte Geral destina-se a habilitar o formando com as capacidades necessárias ao desempenho dos serviços ordinários e eventuais do Cabo, bem como as capacidades no âmbito do comando e da formação, necessárias ao desempenho dos cargos orgânicos do Cabo das Armas e Serviços. Tem uma duração de 5 semanas, totalizando 197 TF, divididos pelos seguintes MF:

Quadro nº16 – MF e TF do CPCb

MF	TF		Total TF
	Diurnos	Nocturnos	
Armamento e Tiro	17	0	17
Comunicações	9	0	9
Orientação	18	3	21
Socorrismo	9	0	9
Metodologia da Instrução Militar	21	0	21
Liderança	57	6	63
Armazenagem	8	0	8
Educação Física Militar	27	0	27
Avaliação de Desempenho	13	4	17
Diversos	5	0	5
Total TF	184	13	197

4. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

- A IB é, de uma forma geral, semelhante, independentemente da categoria do Curso (Oficial, Sargento e Praça). Contudo, a estrutura modular do CFGCPE, em comparação com a do CFO/CFS RV/RC, tem ligeiras diferenças, quer em algumas designações de MF, quer em alguns dos TF. Por exemplo:
  - MF - Cidadania e Condição Militar, 51 TF no CFGCPE;
  - MF - Educação Moral e Cívica, 30 TF no CFO/CFS.

  Estas discrepâncias devem ser eliminadas de forma a haver mais coerência inter-cursos para a mesma finalidade preconizada pela IB.
- O acto de Jurar Bandeira constitui a charneira para a obtenção de graduação na respectiva categoria (Aspirante Graduado, 2º Furriel Graduado e Soldado Graduado), valorizando assim a promoção. Isto significa também diferença remuneratória.
- No fim da formação da especialidade de Cavalaria, os oficiais ou os sargentos iniciam o seu contrato com o Exército Português e são promovidos aos postos mais baixos da categoria a que pertencem (Aspirante-a-oficial ou 2º Furriel). As Praças são promovidas a Soldado RV/RC no fim da 1ª Parte da IComp, embora alguns deles continuem a sua formação de especialidade, como são os casos de Condutor de VBTP M113 e de PE.
- O CFO e o CFS RV/RC de Cavalaria frequentam a sua formação de especialidade na EPC, enquanto apenas as Praças de PE e de Condutores de VBTP M113 do CFGCPE obtêm aqui a sua formação. Todas as outras formações decorrem nas entidades de formação designadas para esse efeito e, à excepção do curso de condutor de VBR Pandur, são em Unidades da Arma.
- Os MF comuns ao CFO de todas as especialidades são onze: Armamento e Tiro (ATI); Transmissões (TM); Socorrismo, Higiene e Saúde (SHS); Sapadores (SAP); Vigilância do Campo de Batalha (VCB); Informação e Contra-informação (ICI); Organização (ORG); Administração de Subunidades (ASU); Ordem Unida (OUN); Educação Física Militar (EFM); Avaliação de Desempenho (AVA). Alguns destes MF apresentam pontualmente ligeiras diferenças nos TF atribuídos e sua distribuição em tempos diurnos e nocturnos.
- Constituem dois outros MF comuns ao CFO RecLag e CC: a Defesa Nuclear, Biológica e Química (NBQ) e a Conduta de Tiro (CTI).

Também são dois os outros MF comuns ao CFO RecRodas e RecLag: a Técnica e Táctica de Pelotão de Reconhecimento (TTP) e a Táctica de Esquadrão de Reconhecimento (TEsq).

- São MF diferenciadores e simultaneamente identitários dos respectivos CFO, os seguintes:
  - CFO RecRodas – Técnica da Especialidade da Viatura (TEV) com 121 TF diurnos e 6 TF nocturnos, para além da Táctica;
  - CFO RecLag – TEV com 100 TF diurnos e 8 TF nocturnos, para além da Táctica e Conduta de Tiro;
  - CFO CC – TEV com 80 TF diurnos e 3 TF nocturnos, para além da Táctica e Conduta de Tiro;
  - CFO PE – Legislação (LEG) com 17 TF diurnos e as Técnicas e Tácticas de PE (TPE).
- Os MF comuns ao CFS de todas as especialidades são nove: ATI; Tm; SHS; SAP; VCB; ICI; ORG; EFM; AVA. Alguns destes MF comuns apresentam pontualmente ligeiras diferenças nos TF atribuídos. Mas a chamada de atenção para as diferenças reside na VCB, onde o CFS desta especialidade tem 65 TF diurnos e 7 TF nocturnos, em face dos TF atribuídos aos CFS das outras especialidades.
- Constituem dois outros MF comuns ao CFS RecLag e CC, a Defesa NBQ e a CTI. Há um outro MF comum ao CFS RecRodas e RecLag: a Técnica e Táctica de Pelotão de Reconhecimento.
- São MF diferenciadores e simultaneamente identitários dos respectivos CFS, os seguintes:
  - CFS RecRodas – TEV com 121 TF diurnos e 6 TF nocturnos, para além da Técnica e Táctica de Pelotão;
  - CFS RecLag – TEV com 100 TF diurnos e 8 TF nocturnos, para além da Técnica e Táctica de Pelotão e da CTI;
  - CFS CC – TEV com 80 TF diurnos e 3 TF nocturnos, para além da Técnica e Táctica de Pelotão e da CTI;
  - CFS PE – LEG com 17 TF diurnos, OUN e as Técnicas e Tácticas de PE.
  - CFS VCB – TEV com 77 TF diurnos e 4 TF nocturnos e a VCB.
- O quadro seguinte sintetiza os MF e respectivos TF diurnos e nocturnos por cada CFO e CFS de Cavalaria.

Quadro nº17 – MF e TF do CFO e CFS de Cavalaria

MF	Tipo de Curso	Especialidade										Total TF	
		RecRodas		RecLag		CC		PE		VCB			
		TF											
		D	N	D	N	D	N	D	N	D	N	D	N
ATI	CFO	60	0	56	0	35	0	16	0	-	-	167	0
	CFS	60	0	56	0	35	0	16	0	27	0	194	0
Tm	CFO	18	0	18	0	19	0	10	0	-	-	65	0
	CFS	18	0	18	0	19	0	10	0	26	0	91	0
SHS	CFO	6	0	5	0	4	0	3	0	-	-	18	0
	CFS	6	0	5	0	4	0	3	0	5	0	23	0
SAP	CFO	7	0	7	0	7	0	7	0	-	-	28	0
	CFS	7	0	7	0	7	0	7	0	7	0	35	0
NBQ	CFO	0	0	2	0	2	0	0	0	-	-	4	0
	CFS	0	0	2	0	2	0	0	0	0	0	4	0
VCB	CFO	10	5	16	11	15	8	4	1	-	-	45	25
	CFS	10	5	16	11	15	8	4	1	65	7	110	32
ICI	CFO	11	5	11	5	11	5	11	5	-	-	44	20
	CFS	11	5	11	5	11	5	11	5	11	5	55	25
TEV	CFO	121	6	100	8	80	3	0	0	-	-	301	17
	CFS	121	6	100	8	80	3	0	0	77	4	378	21
CTI	CFO	15	0	29	6	29	6	0	0	-	-	73	12
	CFS	15	0	29	6	29	6	0	0	0	0	73	12
ORG	CFO	3	0	3	0	5	0	3	0	-	-	14	0
	CFS	3	0	3	0	5	0	3	0	5	0	19	0
TTPel	CFO	92	10	92	10	51	10	42	0	-	-	277	30
	CFS	92	10	92	10	51	10	42	0	0	0	277	30
TEsq	CFO	30	0	35	0	33	0	0	0	-	-	98	0
	CFS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ASU	CFO	15	0	15	0	15	0	15	0	-	-	60	0
	CFS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
OUN	CFO	5	0	5	0	5	0	10	0	-	-	25	0
	CFS	0	0	0	0	0	0	5	0	0	0	5	0
EFM	CFO	72	0	68	0	54	0	51	0	-	-	245	0
	CFS	64	0	68	0	52	0	44	0	44	0	272	0
AVA	CFO	37	3	46	0	34	0	13	0	-	-	130	3
	CFS	36	3	45	0	33	0	12	0	24	0	150	3
LEG	CFO	0	0	0	0	0	0	17	0	-	-	17	0
	CFS	0	0	0	0	0	0	17	0	0	0	17	0
TecnPE	CFO	0	0	0	0	0	0	114	26	-	-	114	26
	CFS	0	0	0	0	0	0	114	26	0	0	114	26
TactPE	CFO	0	0	0	0	0	0	26	0	-	-	26	0
	CFS	0	0	0	0	0	0	26	0	0	0	26	0
Total TF		945	58	960	80	742	64	656	64	291	16	3594	282

- O CFO e o CFS de Cavalaria apresentam uma grave lacuna na arquitectura de curso, ao omitirem a Liderança e o Curso de Formação Pedagógica Inicial de Formadores. Para além disso, o CFO e os 2º Furriéis oriundos da vida civil que frequentem o CFS têm outros falhas importantes no seu roteiro formativo, pois ambos os cursos não cobrem os MF existentes no CFGCPE e no CPCb.
- Quanto às Praças de Cavalaria, o seu roteiro formativo está mais e melhor adaptado à sua função futura, independentemente do local onde a formação é ministrada, em comparação com os CFO e CFS.
- Por isso, entre outras razões, existe um grupo de trabalho de várias Escolas Práticas a produzir as necessárias alterações aos actuais referenciais de curso, quer do CFO quer do CFS, desde a 1ª Parte da IComp, com o fito de aproximá-la à do CFGCPE, até à 2ª Parte da IComp ou Especialidades de Cav, gerando a necessária reformulação de MF e TF da formação específica, sem contudo se descaracterizar a sua identidade própria, nomeadamente as respectivas técnicas e tácticas. Esta oportunidade deve ser muito bem aproveitada para se introduzirem os adequados ajustamentos na arquitectura de curso e que a formação, mais de Oficiais e de Sargentos do que Praças, assim o exige.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Regulamento Geral de Instrução do Exército;
- Plano de Formação Inicial e de Progressão na Carreira dos Oficiais, Sargentos e Praças RV/RC 2008-2009;
- Referencial do Curso de Formação Geral Comum de Praças do Exército;
- Referencial do Curso de Promoção a Cabo;
- Estrutura Disciplinar da Instrução Básica do CEFO e do CFO da EPA;
- Estrutura Disciplinar da 1ªParte da Instrução Complementar do CEFO e do CFO da EPA;
- Estrutura Disciplinar da Instrução Básica do CFS da EPC;
- Estrutura Disciplinar da 1ªParte da Instrução Complementar do CFS da EPC;
- Referencial do Curso de Condutor de Viatura Blindada de Pessoal M113;
- Referencial do Curso de Polícia do Exército;
- Referencial do Curso de Formação de Oficiais de Reconhecimento de Lagartas;
- Referencial do Curso de Formação de Oficiais de Reconhecimento de Rodas;
- Referencial do Curso de Formação de Oficiais de Carro de Combate;
- Referencial do Curso de Formação de Oficiais de Polícia do Exército;
- Referencial do Curso de Formação de Sargentos de Reconhecimento de Lagartas;
- Referencial do Curso de Formação de Sargentos de Reconhecimento de Rodas;
- Referencial do Curso de Formação de Sargentos de Carro de Combate;
- Referencial do Curso de Formação de Sargentos de Vigilância do Campo de Batalha;
- Referencial do Curso de Formação de Sargentos de Polícia do Exército.

A DA CAVALARIA ASSOCIAÇÃO R

REVISTA CAVALARIA

ATENÇÃO
Envie este impresso directamente para a Associação e não para o seu Banco.
O total preenchimento dos dados e a assinatura autorizada são indispensáveis

ASSOCIAÇÃO REVISTA DA CAVALARIA
SEDE: Regimento de Lanceiros N.º 2 – Calçada da Ajuda – 1349-054 LISBOA
E-mail: revistadacavalaria@gmail.com

MILITAR: Posto, Arma, Situação (Activo, Reserva, Reforma)

CIVIL: Título

NOME

MORADA

LOCALIDADE

CÓDIGO POSTAL ☐☐☐☐-☐☐☐

OUTROS CONTACTOS

MODALIDADES PARA SER SÓCIO DA ASSOCIAÇÃO:

☐ 1.ª MOD. – Quota anual individual no valor de 15 Euros.
☐ 2.ª MOD. – Quota institucional anual no valor de 75 Euros (destinada a Associações U/E/O, Empresas).
☐ 3.ª MOD. – Quota anual para sócios beneméritos no valor de _____ Euros (valor nunca inferior à quota individual).
☐ 4.ª MOD. – Quota anual para instituições beneméritas no valor de _____ Euros (valor nunca inferior à quota da 2.ª Modalidade, destinada a Associações U/E/O, Empresas).

Exmos. Senhores

Venho por este meio autorizar a efectivação de transferência bancária regular para o pagamento das quotas da Associação Revista da Cavalaria no valor de _____€ por ano, a debitar em _____.

DADOS DA CONTA A DEBITAR

BANCO _____

DEPENDÊNCIA _____
LOCALIDADE _____
NI DA CONTA _____
NIB _____
EM NOME DE _____

DADOS DA CONTA A CREDITAR

SANTANDER TOTTA

Conta:
53148140020

NIB
001800005314814002012

Em nome de:
ASSOCIAÇÃO REVISTA DA CAVALARIA

Com os melhores cumprimentos

_____
(assinatura igual à existente no Banco)

Data, _____ de _____ de _____

PODE SER FOTOCOPIADO

AÇÃO REVISTA DA CAVALARIA ASSOCIAÇÃO REVISTA DA C

Colecção visitável
Tenente-Coronel de Cavalaria Salgueiro Maia, da Escola Prática de Cavalaria
– a sua reabertura em Abrantes

1. INTRODUÇÃO

No âmbito das cerimónias do dia da Escola Prática de Cavalaria e da Arma de Cavalaria, em 17 de Abril de 2009, foi reaberta, por SExa. o Chefe do Estado-maior do Exército, General José Luís Pinto Ramalho, a Colecção Visitável Tenente-coronel (TCOR) de Cavalaria (Cav) Salgueiro Maia.

Porquê "Colecção Visitável"? Porque a Colecção Visitável significa a existência de um acervo museológico acessível, de visita pública regular e cumpre três de sete funções museológicas:

- Inventário e documentação;
- Conservação;
- Interpretação e exposição.

Caso cumprisse simultaneamente as restantes quatro – o estudo e investigação, a incorporação, a segurança e a educação – denominar-se-ia Museu.[1]

Porquê "TCOR Cav Salgueiro Maia"? Porque a sua escolha, para patrono da Colecção Visitável, teve como finalidade evocar a figura do militar que recolheu, estudou e conservou a grande maioria dos bens culturais identitários da Cavalaria Portuguesa, cujo trabalho museológico foi iniciado no final da década de oitenta do século passado, em Santarém.

Após várias remodelações da exposição polinucleada – de arreios, de viaturas blindadas e de armamento – e dos espaços expositivos afins, em 17 de Abril de 2005 foi reaberta a exposição sobre a Cavalaria Portuguesa, no antigo ginásio contíguo ao picadeiro coberto, tendo esta por base um programa científico que tinha quatro objectivos: conservar, estudar, expor e educar os públicos – sendo o público-alvo os jovens –, sobre a história militar de Portugal em geral e da Cavalaria Portuguesa em particular.

Por razões diversas (que a razão desconhece), a Escola Prática de Cavalaria (EPC) foi transferida oficialmente em 20 de Novembro de 2006 de Santarém para Abrantes e, com ela, veio uma parte da colecção de arreios e de viaturas blindadas, a par do património móvel que se encontrava exposto no referido ginásio.

Figura 1 – Património móvel da EPC exposto na caserna nº3 antes das obras de requalificação (2008).

TCOR Cav FRANCISCO A. RODRIGUES
EPC

Essas viaturas blindadas foram colocadas em diferentes locais do quartel, enquanto a colecção parcial de arreios e todo o restante património móvel foram depositados na caserna nº3.

Embora o Plano Director da unidade tenha previsto a instalação da colecção visitável na caserna nº1 (cujas obras de requalificação muito provavelmente não ocorrerão nos próximos oito anos), em Novembro de 2008 foi decidido pelo Comandante da Escola, Coronel Cav Viriato do Amaral, requalificar a caserna nº3 de forma a resgatar a colecção visitável das péssimas condições em que se encontrava. O objectivo era reabrir a Colecção Visitável TCOR Cav Salgueiro Maia no dia 17 de Abril de 2009, o que foi alcançado!

2. O PROJECTO DE REPROGRAMAÇÃO DA COLECÇÃO VISITÁVEL

Tendo por base o mesmo programa museológico, inicialmente concebido para a EPC localizada em Santarém, foi contactado o TCOR Cav e Arquitecto José Montalvão da Cunha para apresentar um projecto de arquitectura da Colecção Visitável, agora reconfigurado a um novo espaço de caserna com oito compartimentos, mas mantendo o discurso expositivo. Esta exposição, de longa duração, focalizada na Arma de Cavalaria do Exército Português, reproduz, no espaço e no tempo, alguns momentos, acontecimentos, figuras e meios mais significativos da história militar portuguesa em geral e da Cavalaria em particular. Está organizada em treze capítulos, a seguir identificados:

- **Da Pré-história ao Império Romano** – especial referência à ligação entre o homem e o cavalo, sendo este empregue por aquele como instrumento de guerra.
- **Do Império Romano até à Reconquista Cristã** – destaque para a diversidade de reinos e características das respectivas cavalarias medievais.
- **Os Cavaleiros medievais na consolidação do território** – relevância de D. Afonso Henriques neste processo de consolidação nacional, sendo por isso o patrono do Exército Português.
- **Aljubarrota, a confirmação da flexibilidade da Cavalaria** – a figura de D. Nuno Álvares Pereira é indissociável do emprego flexível da Cavalaria, capaz de combater apeada ou montada, ora defendendo, ora explorando o sucesso.
- **A Cavalaria e a construção do Império** – os cavaleiros embarcados na expansão ultramarina firmaram os seus atributos em variados territórios além-mar.
- **A Cavalaria na Guerra da Restauração** – o emprego da Cavalaria no local e momento decisivos, foi verificável em diferentes batalhas, entre as quais avulta a de Montes Claros (1665).
- **A Cavalaria na Guerra Peninsular** – foi determinante a acção das forças de cavalaria dos Regimentos Nº 11 e Nº 12 na Batalha do Vimeiro (1808).
- **A Cavalaria nas Campanhas do Ultramar** – Através da conduta brilhante de Mouzinho de Albuquerque, em Chaimite (1895) e Macontene (1897), este foi escolhido patrono da Cavalaria Portuguesa.
- **Tropas de Cavalaria na I Guerra Mundial** – Desde Angola e Moçambique até a frente ocidental da Flandres, a Cavalaria participou em vários combates, embora no teatro europeu o seu emprego a cavalo fosse secundário.
- **A Cavalaria no Estado Novo, o advento da motorização e da mecanização** – O cavalo dará progressivamente lugar às viaturas blindadas, quer de rodas quer de lagartas, nas unidades de cavalaria.
- **A Cavalaria nas Guerras de 1961-1974, a simbiose do cavalo e dos blindados** – Os *Dragões de Angola* a cavalo e as outras tropas de cavalaria em viaturas blindadas Chaimite V200, são dois exemplos dessa simbiose.
- **A Cavalaria no 25 de Abril de 1974** – Através da "Operação Fim de Regime", Salgueiro Maia está indelevelmente associado à implantação do regime democrático em Portugal, confirmado com o 25 de Novembro de 1975. O TCOR Cav Salgueiro Maia é o patrono desta Colecção Visitável.
- **A Cavalaria nas Operações de Apoio à Paz** - Inicialmente na Bósnia em 1998, passando por teatros de operações como o Kosovo, Timor-Leste, Afeganistão e Iraque, unidades e militares de Cavalaria continuam a contribuir significativamente para a harmonia global dos povos.Para além desses treze capítulos, inseriram-se duas mensagens muito importantes que estabelecem a ponte entre o passado e o futuro, localizadas respectivamente no início e no fim da exposição. Resumidamente, dizem o seguinte: "Portugal é obra de soldados" e "por mais modernos e sofisti-

cados que sejam os meios com que o cavaleiro opera e venha a operar, será sempre o Homem o centro da sua preocupação".

Por conseguinte, a esta exposição atribuiu-se-lhe o título "Memórias e Perspectivas da Cavalaria Portuguesa".

3. A EXPOSIÇÃO "MEMÓRIAS E PERSPECTIVAS DA CAVALARIA PORTUGUESA"

À medida que as obras de requalificação foram passando dos trabalhos "sujos" e "pesados" para os "limpos" e "ligeiros", sob a coordenação do 2º Comandante da EPC, TCOR Cav Paulo Abreu, foi-se instalando a convicção de que era impossível cumprir em rigor o projecto inicial de arquitectura.

Nesse momento, foi excelente o apoio em soluções museográficas prestado pela empresa *AMS – Publicidade*, indo ao encontro da seguinte orientação: vale mais a boa correlação entre uma imagem e um objecto, no espaço e no tempo, auxiliada por simples tabelas de texto e de legendas, do que uma amálgama de bens culturais expostos sem ou com pouco significado. Para além disso, o espaço de caserna compartimentado não possibilitava a colocação de bens museológicos de grande volumetria, como era o caso da Viatura Blindada Chaimite "Bula", apresentando um condicionamento que implicava, por um lado, a descontinuidade do discurso expositivo e, por outro, a engendrar uma museografia completamente diferenciada da verificada em Santarém.

Figura 2 – Segmento expositivo da actual exposição de longa duração "Memórias e perspectivas da Cavalaria Portuguesa".

Assim, a exposição foi novamente arquitectada e da seguinte forma:

- No espaço exterior e contíguo à caserna nº3 instala-se a Viatura Blindada Chaimite "Bula", devidamente enquadrada por uma imagem de grande ampliação e reproduzida em suportes de painel. Junto à viatura, coloca-se uma tabela de texto alusiva à sua utilização no contexto da capitulação do regime em 25 de Abril de 1974.
- Ao longo do edifício e a toda a largura das janelas foi colocada exteriormente uma tela de grandes dimensões com o título da exposição e, simultaneamente, protegendo a entrada de luz solar directa para o interior da caserna no sentido Oeste-Leste.
- No alpendre da caserna foi afixada pela esquerda a placa referente à reabertura da Colecção Visitável e à direita uma outra com a indicação dos apoios, desde o período de Santarém até agora, em Abrantes.
- No *hall* faz-se o acolhimento dos públicos, estando exposto um Jeep *Willys* do final de década de cinquenta do século passado, enquadrado por três grandes ampliações da sua utilização na região de Santarém.
- No corredor, à sua entrada, encontra-se a mensagem inicial da exposição "Portugal é obra de soldados" e, à esquerda, está afixada uma placa com a ficha técnica e os agradecimentos às unidades, militares e civis da EPC, entre outros, que colaboraram na edificação desta exposição.

EXPOSIÇÃO "MEMÓRIAS E PERSPECTIVAS DA CAVALARIA PORTUGUESA"	Desde 05JAN09 até 09ABR09 - semana de Carnaval excluída												
FASES	SEMANAS ÚTEIS												
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
Retirar o acervo da biblioteca e ultimar o projecto expositivo.													
Apresentação do projecto expositivo e definição de trabalhos na caserna de pintura e electricidade.													
Apresentação da equipa pluridisciplinar, do projecto expositivo, finalização da pintura e início do teste dos expositores por compartimento.													
Definição de lista de apoios, de materiais, de cenários e de ampliações a obter. Finalização dos trabalhos de electricidade.													
Trabalhos de conservação e restauro de bens museológicos, suportes e expositores. Início da construção e montagem de cenários.													
Trabalhos de montagem dos bens museológicos por compartimento, incluindo legendas, lettering, tríptico, fotos, ...													
Trabalhos de correcção.													
Avaliação prévia.													

Quadro nº1 – Cronograma dos trabalhos a desenvolver.

- Na extensão total do corredor, à esquerda, foi colocada internamente uma tela de grandes dimensões com um friso cronológico, associado ao tempo que é reflectido em cada um dos oito compartimentos, contendo datas e três fotografias afins, e, simultaneamente, protegendo a entrada de luz solar directa para o interior da caserna no sentido Leste-Oeste.
- Os compartimentos nº1, 2, 3, 4 e 8 reflectem dois capítulos cada um, enquanto os compartimentos nº 5, 6 e 7 reproduzem apenas um capítulo por compartimento, totalizando os treze capítulos.
- Para melhor se compreender a metodologia expositiva adoptada, exemplifica-se de seguida um tipo de compartimento de dois capítulos e um outro de um capítulo.

O compartimento nº1 reproduz os dois primeiros capítulos, contendo duas grandes imagens ampliadas afins e colocadas sobre as janelas, para além das respectivas tabelas de texto e das legendas de todos os bens museológicos expostos. A mensagem das duas tabelas de texto é a seguinte:

Figura 3 – Segmento expositivo associado ao compartimento nº1.

DA PRÉ-HISTÓRIA AO IMPÉRIO ROMANO

As comunidades dos agricultores-pastores utilizaram o cavalo para diferentes fins. Mas foi com as civilizações pré-clássicas que o homem-guerreiro começou a fazer uso deste nobre animal como instrumento de guerra!

A cavalaria ocidental teve as suas origens na civilização clássica grega (*hippies*). Alexandre Magno (356-323 aC) foi o expoente máximo no emprego da sua cavalaria. Para além da lança, do escudo e da espada curta, ele introduziu a figura do arqueiro a cavalo e dos lançadores de azagaias.

Na civilização clássica romana (*equites*), a cavalaria era uma ordem, a mais poderosa do ponto de vista económico. Articulava-se para o combate em cavalaria ligeira e pesada.

DO IMPÉRIO ROMANO ATÉ À RECONQUISTA CRISTÃ

Com o imperador Adriano (117 – 138 dC) surgiu a cavalaria auxiliar: a númida ligeira, ginetes parcialmente cobertos por cotas de malha e elmo, sármata pesada, lanceiros com armadura em ferro, um escudo, uma espada, lanças, fundas e azagaias.

A província da Lusitânia abrangia o actual território continental de Portugal, exceptuando a região a Norte do Douro. Após o fim do Império Romano do Ocidente (476) e a ocupação de alguns destes domínios territoriais por Suevos, Vândalos e Alanos, seguidos dos Visigodos, ocorreu a invasão da Hispânia pelo Islão em 711.

Dos vários reinos ficaram algumas características das suas cavalarias medievais. De natureza germânica, foi exemplo a escolha dos chefes e reis, que era feita entre os membros de famílias nobres e segundo a linhagem ou o valor demonstrado em batalha. De origem árabe, sobressaiu a mobilidade pelo uso de cavalos pequenos e resistentes, e os cavaleiros eram desprovidos de armadura, dotados de armamento ligeiro e usavam estribos curtos e freios de maiores dimensões.

À saída deste compartimento, o visitante é confrontado com o friso cronológico, que contém a seguinte informação:

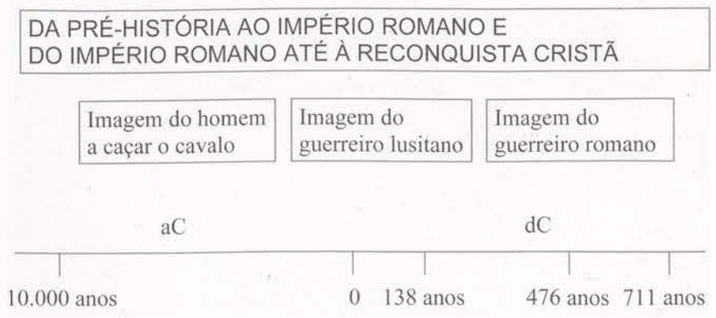


Figura 4 – Friso cronológico associado ao compartimento nº1.

O compartimento nº5 reproduz o nono capítulo, contendo uma grande imagem ampliada afim, também colocada sobre as janelas, e a recriação de uma trincheira interactiva, para além da respectiva tabela de texto e das legendas de todos os bens museológicos expostos. A mensagem da tabela de texto é a seguinte:

TROPAS DE CAVALARIA NA 1ª GUERRA MUNDIAL

Os conflitos em África, ocorridos entre alguns países europeus pelo controlo e posse de matérias-primas, prolongaram-se à Europa – palco da primeira guerra total (1914 -1918). Entre 1914 e 1916, Portugal combateu em Angola e Moçambique, e entre 1917 e 1918 também combateu na frente ocidental da Flandres, através do Corpo Expedicionário Português.

Em África, as tropas de cavalaria foram empregues nas suas missões tradicionais, destacando-se em Angola nos combates de *Naulila* (1914), *Cuamato*, *Cuanhama* e *Môngua* (1915), e em Moçambique nos combates de *Newala* e *Negomano*.

No Teatro de Operações da Europa, o emprego de unidades a cavalo na guerra das trincheiras revelou-se ineficaz e a cavalaria portuguesa esteve remetida para um papel secundário. Contudo, devido ao aparecimento pela primeira vez da aviação em combate, mereceu destaque a participação do Tenente de Cavalaria Óscar Monteiro Torres – este piloto perdeu a vida durante a Grande Guerra.

À saída deste compartimento, o visitante é igualmente confrontado com o friso cronológico, que contém a seguinte informação:

TROPAS DE CAVALARIA NA I GUERRA MUNDIAL

Figura 6 – Friso cronológico associado ao compartimento nº5.

Figura 5 – Segmento expositivo associado ao compartimento nº5.

- Privilegiou-se a apresentação multimédia, que se visualiza no compartimento nº6 – A Cavalaria no Estado Novo, o advento da motorização e da mecanização –, pela leitura de imagens dos cavaleiros olímpicos; no compartimento nº8 – A Cavalaria no 25 de Abril de 1974 –, através de fotografias dos principais momentos verificados no Terreiro do Paço, no Largo do Carmo e em Santarém; na mensagem final, localizada ao fundo do corredor.
- Perspectivas da Cavalaria Portuguesa –, utilizando durante dois minutos a imagem fixa e animada em torno dos meios modernos e sofisticados de cavalaria, designadamente o Carro de Combate Leopard 2 A6, a Viatura Blindada de Rodas Pandur II 8x8 e o Helicóptero NH-90.
- No fim da visita existe um Livro do Visitante onde, normalmente, são escritos os juízos de valor emitidos pelo visitante, individual ou institucional, sobre a exposição.
- Com o apoio da Câmara Municipal de Abrantes, a EPC elaborou um folheto que distribui aos visitantes. Aí encontra uma breve introdução à exposição, a identificação dos treze capítulos, os horários de visita e os contactos – morada (Av. De Aljubarrota – 2200 - 001 – Abrantes), telefone (241-379800), fax (241-379801).
- Encontra-se neste momento a aguardar a obtenção de uma verba entre os 4.000 e 5.000 Euros para se imprimirem 1.000 catálogos da exposição "Memórias e Perspectivas da Cavalaria Portuguesa".
- Desde a sua inauguração até o fim de Setembro deste ano já visitaram esta exposição mais de 2.000 indivíduos, entre os militares e civis da EPC, os militares em formação, os militares de outras unidades e em diferentes situações de prestação de serviço, os civis de proveniência local, regional e nacional, algumas instituições e empresas nacionais e internacionais, tendo havido eco nalguma imprensa escrita (por exemplo: *Mirante*), radiofónica (por exemplo: *Antena Livre de Abrantes*) e televisiva (por exemplo: *Agência Lusa*).

4. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mudança da EPC de Santarém para Abrantes foi interpretada pela autarquia local como "uma marca de prestígio em Abrantes". Esta mais-valia na cidade e região envolvente tem sido, até à data, muito bem aproveitada por ambas as instituições, como testemunham as múltiplas acções praticadas e de forma recíproca em diferentes domínios, de acordo com as respectivas capacidades e no estrito respeito pelas leis e regulamentos em vigor. No domínio cultural, esta Colecção Visitável preenche de certa forma uma carência da autarquia, pois trata-se de uma exposição de natureza histórica e que a cidade não dispõe para fruição da população. A sua configuração em treze capítulos permite entroncá-los com os programas do ensino oficial ministrado aos diferentes níveis de escolaridade, sendo por isso um enorme filão a explorar, preferencialmente em coordenação com as escolas locais.

Um dos aspectos então a incrementar, focaliza-se na função museológica "educação". Quando houver uma sala destinada para esta função, os jovens poderão ser submetidos a situações que exijam uma decisão táctica, seja na batalha de Aljubarrota, na batalha de Montes Claros, ou qualquer outra! Isto é um pequeno exemplo do que se poderá vir a desenvolver. Outro exemplo: homenagear os cavaleiros olímpicos, através de um concurso de pintura para crianças, possibilitando aos melhores classificados observar algumas provas equestres! É uma questão de imaginação e planificação atempada.

Outra situação que carece de um desenvolvimento urgente é o texto bilingue. Já se verificou por diversas vezes a necessidade de haver, pelo menos na língua inglesa, a tradução das tabelas de texto, das legendas e do folheto. Igual procedimento deverá verificar-se aquando da edição do catálogo, pois este está escrito apenas em português. Estas situações estão todas contempladas no programa científico da exposição, mas infelizmente ainda não foi possível reunirem-se as condições necessárias.

Formulamos votos para que estas e outras boas práticas possam ser concretizadas e que as memórias da Cavalaria Portuguesa estejam sempre presentes no interior da sua casa-mãe! Independentemente da sua localização! Em nome dos cavaleiros (Oficiais, Sargentos e Praças) vindouros.

Figura 7 – Final de visita de um grupo jovens alunos e respectivas professoras.

[1] Sobre este assunto, deve-se consultar a Lei Nº47/2004, de 19 de Agosto de 2004 – Lei Quadro dos Museus Portugueses; e o Despacho Nº96/08 do Chefe do Estado-maior do Exército, de 22 de Abril de 2008 – Normas Gerais dos Museus e Colecções Visitáveis do Exército.

Mais do que um Amigo

" A particularidade dos laços que se estabelecem entre o cavaleiro e a sua montada conferiu desde sempre às unidades de cavalaria um espirito e élan que a diferenciam das demais armas..."

Miguel Freire, in Revista da Cavalaria Nº17

As gloriosas cargas de cavalaria, expressão máxima do emprego do cavalo no campo de batalha, há muito desapareceram. Contudo, a sua presença nos campos de batalha, não deixou de até muito recentemente se fazer sentir. Esta perda de protagonismo acentuou-se principalmente a partir da I Guerra Mundial com o desenvolvimento da mecanização e o emprego do cavalo como montada resvalou na maioria dos casos para a função de animal de tracção. Russos, alemães e polacos empregaram grandes unidades de cavalaria montada no decurso da II Guerra Mundial, mas mais como patrulhas avançadas e em zonas de difícil acesso a blindados. Portugal, nas últimas campanhas de África, numa tradição que remonta aos finais do Séc. XIX, principalmente no Sul de Angola, voltou a montar a cavalo, agora nas planuras do Bié. O mesmo sucedeu em Moçambique.

SMOR Cav LOURENÇO
Reforma.

A Revista Militar de 1918 transcreve, em resumo, parte de um artigo publicado na revista" Memorial de Caballeria", subordinado à pergunta: "Qual o Melhor Cavalo para a Guerra?". O seu autor tece algumas considerações baseadas em observações tidas durante a I Guerra Mundial. Assim, no final da guerra, só 8% dos cavalos utilizados pelos franceses serviam como animais de sela, sendo os restantes 92% utilizados pela artilharia, infantaria e administração, como animais de tiro. (No começo da guerra, a França tinha 193.319 cavalos e necessitaram de mobilizar, até 1916, 794.155. No final da guerra, tinha mobilizado 1.093.596 cavalos e 94.493 muares). Descreve, em seguida, as várias raças que poderiam substituir com vantagens o tractor no reboque de peças de artilharia ou transporte de cargas, visto a cavalaria montada estar em acentuado declínio. Dos animais desta forma utilizados, a sua preferência vai para os cavalos bretões e ardenses. Pequenos, sóbrios e rústicos, dá como exemplo de em 1914, seis bretões terem arrastado ladeira a cima uma peça de 3.000 kg, assim como um tiro de 3 parelhas que levaram á posição de combate uma peça de 5.950kg. Isto porque o pequeno cavalo comporta ainda sangue árabe e suporta com facilidade 2 dias sem comer ou beber, marchas de 25 a 30 km por dia com uma só ração. Comentando outras raças, diz: o puro sangue é demasiado nervoso e exigente na alimentação além de requerer grandes cuidados no tratamento, facto que já tinha sido observado na guerra da Crimeia.

Os anglo-normandos, nem para cavalaria nem artilharia. Os percherons são exigentes na alimentação mas pouco resistentes em campanha. Os argentinos também não provaram, pois são moles e morrem muitos. Exalta os oriundos do norte de África assim como os de Espanha e outros com *sangue líbio.* Não esquece as excelentes raças da península, embora tenham perdido algumas qualidades dado os contínuos cruzamentos com outras mais

Imagem 1: Aqvila Legionis Madrid 2008

corpulentas. Não deixa de referir a conhecida história, contada pelos historiadores romanos, das éguas *que pariam do vento* (que não passa de uma lenda de origem indo-europeia.), entre eles Vegecio, que compara os cavalos hispânicos aos africanos em velocidade e resistência, qualidades que fizeram deles presença assídua nos hipódromos romanos, atrelados ou montados em pelo. Para alguns autores seriam apenas inferiores em velocidade aos originários da Capadócia.

A proximidade geográfica das populações norte africanas e peninsulares foi constante mesmo antes de a ocupação romana se ter processado em ambos os lados. Posteriormente, a ocupação árabe veio reforçar a troca de elementos culturais entre as duas zonas continentais, nomeadamente no referente ao cavalo, segundo eles, uma criação de Alá.

"Serás para o homem fonte de alegria e riqueza; teu dorso um trono de honra, teu ventre um tesouro; todo o grão de cevada que te for dado comprará indulgência ao pecador"

(in Alcorão).

Foi com Maomé que o cavalo árabe se impôs, quando os seus cavaleiros, a golpes de alfange, talharam um império à escala Universal. Foi com ele que Maomé subiu aos céus.

A geografia peninsular, ontem como hoje, fértil em caminhos sinuosos e de montanha, requeria animais resistentes e parcos de alimentação para as longas caminhadas até Roma, por terra ou por mar. E por qualquer uma destas vias, não deixava de ser uma operação morosa, difícil e de custos elevados, só possível no bom tempo. Desconhece-se por falta de dados, qual seria o maior fluxo das eguadas em direcção a Roma: se da Hispânia, se de África.

Imagem 2: Arte rupestre no Vale do Côa – trabalhos de 1995-1996

Não descurando o factor económico, tanto em África como na Hispânia, a criação de cavalos para uso militar ou desporto estava, como hoje, sujeita a um certo controlo, digamos de número, qualidade e custos. Já então eram marcados a fogo, como se pode ver nos mosaicos de Torre de Palma. As exportações/importações para todo o Império Romano e as constantes necessidades levaram ao desenvolvimento de numerosas coudelarias, capazes de suportar a constante procura. De referir que só as escoltas imperiais e a guarnição de Roma, num efectivo de 1.000 homens, dispunham de cerca de 2.000 cavalos. Cálculos efectuados indicam que mais de 1/3 do efectivo dos cavalos tinha de ser reposto todos os anos, só para este corpo de elite. No Séc. III, este número duplica para 4.000, tendo em conta a reposição dos efectivos pelos abates em combate.

Animal de referência das classes mais favorecidas e dominantes, aristocráticas ou militares, as quais mais ou menos sempre têm mantido o seu controlo, o interesse pelo cavalo não deixou igualmente de cativar o artista, pelo que está plenamente representado na iconografia. Desde tempos pré-históricos ao presente, o cavalo é figura dominante em pinturas murais, riscado na rocha abrupta, moedas ou pedras tumulares. Profusamente ligado à estatuária, serviu também como moeda de troca ou sujeito a sacrifícios em rituais pagãos. Foi também cantado por poetas:

É um cavalo negro que pertence à família dos garanhões Aluaji e Lahique. / A noite serve-lhe de veste e a aurora pôs malhas brancas nos seus cascos: / A agua da beleza gelou estupefacta sobre a sua pele. / Não fosse o ardor do galope e a água não teria escorrido. / Dir – se - ia que o crescente da ruptura do jejum. / brilha sobre o seu semblante / e os nossos olhos se voltam de desejo. / Dir-se ia que os ventos violentos o arrastam/ quando o peitoral e o cachaço/ se mostram inteiramente banhados de suor

(in Portugal na Espanha Árabe)

A sua representação com palma, pode representar uma divindade protectora ou um campeão. Referido na mitologia sob variadas formas, o cavalo representa também morte pois é no seu dorso que se cavalga para o outro mundo. Cavalo e cavaleiro juntos representam um movimento *harmónico da natureza.* Pela sua velocidade, consta que pelo vento foi criado. Para o romano, possuir um cavalo era poder participar em jogos equestres, corridas de galope ou como *auriga,* fazê-lo voltear no hipódromo excitado pelo vozear das multidões e, incitado pelas pontas do látego, arras-

Imagem 3: Tumba del jinete Longinus. Köln Römisch-Germanisches Museum. Aqvila Legionis Madrid 2008

tar em passadas largas de galope um carro. Para o legionário proporcionava-lhe servir o exército numa unidade de cavalaria, embora a compra de um cavalo no mercado livre lhe custasse aproximadamente 1/3 do ordenado anual. Se fosse um animal de qualidades referenciadas, o seu valor seria três ou quatro vezes mais.

Adquirir um cavalo, naquele tempo, era mais do que uma simples compra. Antes, a aquisição de um amigo, principalmente para o militar de cavalaria. O cavalo era seu companheiro no ensino, nas longas horas de treino, nas marchas dia e noite, na distribuição do cansaço e por fim na sobrevivência ou não do rescaldo da batalha. Só um cavaleiro militar pode sentir e partilhar tão estreita e profunda ligação com o cavalo. Um papiro, referente a uma ala de cavalaria estacionada no Egipto, mostra-nos como se processava a transacção de um cavalo, entre dois militares, Gaio Valério Longo, soldado auxiliar da "Ala Apriana", comprador, e o centurião da Legião XII *(Deiotariana)*, Gaio Julio Rufo. A transacção implicava também um conjunto de garantias a que o vendedor estava obrigado. Assim, o documento refere além do custo de 2.700 dracmas, preço elevado para a época, o estado sanitário do cavalo, a sua serventia como animal de tracção e outras funções para que estava capacitado. Pelo seu elevado custo, depreende-se que devia ser um animal de qualidade. O estado sanitário de um cavalo, qualidade do ensino, boa apresentação e um tratamento revelador de uma boa alimentação eram de extrema importância.

Pode parecer estranho o facto de um centurião vender um cavalo a um soldado. Mas o acto de venda podia ter sido efectuado à margem do exército. Sabe-se que o exército facilitava a compra e venda de cavalos ou outro material de guerra, embora já sob algum controlo (o controlo de armamento, tornou-se efectivo com o Concilio de Latrão, motivado pelo uso da besta) a quem se queria incorporar. Desta forma, o Estado também beneficiava pois o objecto negociado, neste caso o cavalo passava ou continuava a fazer parte de uma *ala* ou de uma cohort *equitata.* Assim como as armas, o cavalo especializado para a luta era um bem de inegável valor. Do apoio mútuo entre cavalo e cavaleiro dependia muitas vezes o êxito da luta e a salvaguarda da vida.

A afectividade e apreço que os romanos tinham pelos seus cavalos é testemunhado por inúmeras estelas funerárias, onde, em alguns casos, por esquecimento ou de propósito, não figura o nome do proprietário. Ou então no caso do soldado António Valente cavaleiro da Ala I, Tebanos *equitata,* que incluí no voto familiar ao deus Manduolis, o seu cavalo.

Desde que domesticado há milhares de anos, o homem sempre tem tirado partido da sua mobilidade e resistência, servindo-se dele como força de trabalho. Animal gregário e selvagem na sua origem, soube manter as qualidades natas. Factor de progresso, generoso, não mede o esforço que se lhe pede, seja como animal de trabalho, desporto e lazer ou actuando como plataforma sólida do combatente. E mais recentemente foi acrescentada outra função: a hipoterapia. Pouco pede em troca. Alimentação e uma festa.

Xenofonte, general grego (Séc. IV AC) e comandante da cavalaria, dizia que uma boa alimentação é primordial no cavalo de guerra. E acrescenta:

"o cavalo transporá trincheiras, saltará obstáculos, tudo fará, bastando-lhe um elogio e que lhe demos descanso após ter cumprido a sua tarefa".

BIBLIOGRAFIA:

Arte Rupestre e Pré-Historia do Vale do Côa

El Caballo en la Antigua Ibéria

Portugal na Espanha Arabe

S. Perea Ybenes, Madrid, 2008

Subversão e Contra-Subversão – Caracterização e Operacionalização

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo corresponde à revisão bibliográfica do Trabalho de Investigação aplicada intitulado *Técnicas Praticadas pela Cavalaria Portuguesa – Uma Ponte Entre a Guerra de África (1961-1974) e as Actuais OAP,* realizado para a conclusão do curso de Cavalaria da Academia Militar. Corresponde à sistematização de alguns conceitos importantes e não o trabalho completo em si.

A pertinência deste tema prende-se com a crescente importância que o fenómeno subversivo tem vindo a ter ao longo dos tempos e que se mantém na actualidade. A prova disso é o crescente número de artigos que têm vindo a ser escritos em revistas militares tão conceituadas como a *Armor*, a *Armor & Cavalry Journal*, o *Canadian Army Journal* e o *U.S. Army War College Quarterly*, citando penas os mais importantes. A revista *Armor and Cavalry* chegou mesmo a publicar um número especial apenas com artigos relativos a contra-subversão.

O objectivo deste artigo é elucidar os leitores sobre alguns conceitos relacionados com a subversão e a contra-subversão assim como informar sobre a forma de actuar tanto ao nível estratégico como operacional. Para a consecução deste objectivo foi realizada uma análise da bibliografia mais importante sobre o tema supracitado.

Este artigo inicia-se com uma sistematização do conceito de subversão em que é explicitada a perspectiva histórica tendo como base um estudo de Hammes (2004) seguindo-se uma breve caracterização do fenómeno subversivo. Seguidamente faz-se a caracterização da contra-subversão e qual deve ser a actuação ao nível estratégico e operacional. Por fim fazem-se as conclusões e algumas recomendações.

É importante referir que o presente artigo não é suficiente para compreender a subversão e a contra-subversão na sua totalidade. Sendo assim, no final do artigo são deixadas algumas das obras mais importantes para que possíveis curiosos possam consultar.

TEN Cav DAVID GARCIA
EPC

2. A SUBVERSÃO

2.1. Perspectiva Histórica

A história da humanidade encontra-se repleta de factos relacionados com a história militar. Um bom exemplo disso é a história conturbada do século XX em que todas as guerras fizeram com que existissem grandes mudanças de ordem económica e social.

Os relatos mais antigos encontrados sobre subversão remontam às campanhas de Viriato na sua luta contra o invasor Romano. A acção subversiva era realizada através de acções de saque e emboscadas. Os Romanos chamavam a este tipo de conflito de "latricinium", que, pode ser traduzido como guerra de salteadores (Motta, 2002).

De acordo com Hammes (2004) existem quatro gerações da guerra. A primeira geração reporta-se às tácticas de linha e coluna instituídas no século XIX. Este tipo de táctica só foi possível com o início dos exércitos de massas, surgindo assim, pela primeira vez a conscrição. A invenção do mosquete e a sua utilização e fabrico em série também foram de primordial importância para esta geração da guerra.

Nesta, a subversão encontra-se num exemplo das guerras peninsulares na qual há uma insurreição por parte do povo português contra o invasor francês. O povo português realizava pequenas acções subversivas procurando sempre a independência do país. A resposta francesa não foi suficientemente pelo que Junot declarou que as suas forças eram diminutas para controlar o território (Barroso, 2007).

A segunda geração da guerra reporta-se ao período da Primeira Guerra Mundial em que, devido ao desenvolvimento do armamento individual e colectivo, as tácticas defensivas foram mais utilizadas em detrimento das tácticas ofensivas. Segundo a Alemanha, a sua derrota deveu-se ao uso de elementos subversivos nas retaguardas das suas linhas (Hammes, 2004).

Seguidamente à segunda geração da guerra vem um período de transição que medeia as duas guerras mundiais. Foi um período de introspecção em que a Alemanha aproveitou para desenvolver certos conceitos a fim de resolver o problema do uso de tácticas defensivas realizado na guerra anterior. Foi neste período de transição que surgiu o conceito da Guerra Relâmpago desenvolvido por Von Manstein (Hammes, 2004).

A terceira geração da guerra corresponde ao período da Segunda Guerra Mundial em que não foram feitos os erros da guerra anterior. Neste conflito a manobra foi de primordial importância para o desenvolvimento das acções (Hammes, 2004).

Com a derrota da Alemanha, vem um tipo de conflito diferente, o qual a humanidade não estava habituada. Não existe uma data oficial para o início da Guerra Fria. No entanto, há historiadores que consideram que este conflito se iniciou com o discurso de Churchill em 15 de Março de 1946 sobre a cortina de ferro. A fim de travar a expansão comunista a nível mundial foi criada a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), em 1949. Em resposta à criação da OTAN, o bloco comunista criou o pacto de Varsóvia em 1955 (Carriço, 2005). A Guerra Fria é caracterizada pelo potencial uso da força por parte das duas grandes super-potências da época (Estados Unidos da América e União das Republicas Socialistas Soviéticas).

A quarta geração da guerra surge, assim, com os conflitos de baixa intensidade preconizados no período da Guerra Fria. O grande argumento que surgiu para estes conflitos diz respeito, na maior parte dos casos, ao fim da colonização. São estes que correspondem à subversão. O primeiro teórico que surgiu foi Mao Tse-Toung cujas ideias foram presentes em seis livros intitulados "Os seis Escritos do Presidente Mao Tse-Toung". O objectivo destes livros é a sistematização da doutrina estratégica e operacional para este tipo de conflitos.

Muitos foram os que puseram em prática os conceitos de Mao Tsé-Toug sendo os mais conhecidos Vo Nguyen Giap e Amílcar Cabral (Hammes, 2004). Nesta altura, os conflitos mais importantes foram na Malásia (1948-1960), Indochina e Vietname (1946-1954), Quénia (1952-1956), Argélia (1954-1962) e Vietname (1964-1975), citando apenas os exemplos mais importantes. Exceptuando o caso da Argélia, todos os conflitos atrás mencionados tiveram lugar longe das metrópoles (Cann, 2005).

Danos a uma coluna militar portuguesa em Moçambique (1963) (Fonte: COR Cav C. Neves)

Com a queda do muro de Berlim os conflitos de cariz subversivo continuaram a acontecer, ao contrário do esperado pela maioria dos países. Os conflitos desta natureza continuaram, nomeadamente no Sudão, no Iraque e no Kosovo. No Iraque, as forças Americanas ganharam com êxito a guerra convencional mas não a subversão que se seguiu. Outro exemplo da subversão na actualidade é o do conflito no Afeganistão em que as forças portuguesas têm tido empenhamento.

Como se pode verificar, a subversão acompanha a evolução das guerras ao longo da história da humanidade. Seguidamente irá ser explicada a definição de subversão e de contra-subversão.

2.2. Definição e caracterização da Subversão

Existem vários autores a definirem subversão. No entanto, antes de se definir é importante que se compreenda o fenómeno. Para isso a explicação dada pelo General Cabral Couto (1988) foi a adoptada para este artigo.

Sendo assim, as sociedades, apresentam três grupos. O grupo A que detém o poder e controla a força F, o grupo activo que pretende o poder (grupo I) e o grupo da massa amorfa que não tem opinião política (grupo P). Para que haja subversão é necessário que o grupo activo seja de pequenas proporções e que o seu equipamento seja reduzido. A subversão surge quando I tenta conquistar o poder por intermédio de P captando-o para a sua causa e levando-o a insurgir-se de forma a retirar a A a sua autoridade (Couto, 1988).

Sendo assim, a definição mais precisa e que consegue retratar melhor a realidade acima descrita é a do Major Proença Garcia (2005) que a define como:

"Técnica de assalto ou de corrosão dos poderes formais, para cercear a capacidade de reacção, diminuir e/ou desgastar, e pôr em causa o poder em exercício, mas nem sempre visando a tomada do mesmo"

(Garcia, 2005, p. 11).

A subversão é uma acção desgastante ou corrosiva dos poderes formais, sendo toda a acção muito demorada levando anos e até mesmo décadas a estar concluída. A inferioridade inicial é compensada com o aumento gradual das forças morais ao longo do tempo. Existem dois planos em que a acção se desenrola. O plano material é aquele em que as Forças Armadas são empregues, enquanto o plano moral tem o papel de desgastar psicologicamente as forças contra-subversivas (Beaufre, 2004).

Toda a acção subversiva encontra-se francamente dividida no tempo graças à sua longa duração. Assim sendo, existem dois períodos e cinco fases no processo subversivo, que nem sempre são totalmente distinguíveis (Garcia, 2003).

A Fase Preparatória corresponde ao Período Pré-Insurreccional. Nesta fase, a manobra é planeada e estudada não sendo visível qualquer actuação por

Vista aérea de uma unidade de escalão companhia de quadrícula (TO de Moçambique) (Fonte: COR Cav Garcia Correia)

parte dos elementos subversivos (Garcia, 2003). Este planeamento é relativamente fácil, pois estes elementos, normalmente são naturais dos territórios que pretendem subverter (Ferreira, 2006).

Ainda no mesmo período mas já na Fase de Agitação, inicia-se a luta aberta, no entanto ainda na clandestinidade, ou seja, inicia-se a luta mas ninguém associa as acções a um grupo. Aqui inicia-se a propaganda a fim de arrebanhar os neutros, sendo a estrutura administrativa mais elaborada. Iniciam-se também os ataques terroristas que fazem com que o desagrado da população aumente (Ferreira, 2006).

No Período Insurreccional, a Primeira Fase é denominada de Fase de Flagelação. É aqui que se iniciam os ataques com maior frequência e são desencadeadas acções terroristas de maior envergadura. Nesta fase a população começa a descredibilizar o Estado ao ver a sua incapacidade para conter a subversão. O dispositivo subversivo é espalhado por todo o território para que não haja uma frente e que as Forças Armadas se espalhem, igualmente no território. A estrutura de comando é mais elaborada e começam a existir as primeiras bases de insurgentes (Ferreira, 2006).

A fase que se seque denomina-se de Estado Revolucionário e caracteriza-se por haver já tropas subversivas bem treinadas e com potencial muito semelhante com o de uma força convencional existindo, também, locais apropriados para o desempenho da instrução (Ferreira, 2006).

A última fase designa-se de Insurreição Geral. Aqui, o potencial da força é muito próximo do de uma força convencional. Os elementos subversivos tentam obter o estatuto de combatente segundo as Convenções de Genebra e outros protocolos (Garcia, 2003). O apoio da população é geral e o empenhamento é decisivo, sendo o objectivo a queda do poder estabelecido. A Insurreição Geral só se inicia quando todas as outras fases se tiverem consolidado (Ferreira, 2006).

A guerra subversiva é a expressão violenta da subversão e corresponde ao período insurreccional acima descrito e caracterizado. Sendo assim, é definido como sendo:

"(...) uma guerra conduzida no interior de um território, por uma parte dos seus habitantes, apoiada ou não pelo exterior, contra as autoridades de direito ou de facto estabelecidas nesse território, com a finalidade de lhes retirarem o controlo desse território ou, no mínimo, de paralisarem a sua situação."

(Estado-Maior do Exército, 1961).

É de realçar que a doutrina actual utiliza uma terminologia diferente para os conflitos do tipo assimétrico. Existem três tipos de conflito com características muito parecidas com as dos conflitos subversivos. Elas são as Guerras Informais Assimétricas Negativas e as Guerras Ambíguas (Estado-Maior do Exército, 2005).

Seguidamente define-se a contra-subversão contrastando com a subversão aqui descrita.

3. CONTRA-SUBVERSÃO

3.1. Definição e Caracterização da Contra-subversão

A contra-subversão é sempre praticada pelo grupo que tem o poder e a força F (segundo a caracterização feita por Couto, 1988). A definição aqui transcrita é aquela que se encontra mais completa e que é amplamente aceite. Sendo assim, contra-subversão é um:

"Esforço conduzido pelas autoridades de facto no sentido de conservar ou reconquistar a aceitação, pela população, no regime e sistema político vigentes, para que essa população se torne impermeável a acções de Subversão."
(Couto, 1988)

A contra subversão deve ter sempre os seguintes princípios: deve ser a favor da população, não deve ser uma luta levada a cabo apenas por forças militares, as informações sobre a população são indispensáveis para o sucesso das operações, não se deve actuar apenas no território em questão, a interdição das fronteiras é um factor fundamental, as forças devem ser colocadas por áreas de responsabilidade e não por frentes (Couto, 1988).

Os grandes objectivos da contra-subversão devem ser a prevenção de conjunturas tanto internas como externas para que a subversão não se desenvolva e a anulação do desenvolvimento desta mesma junto das populações e de certos grupos dentro da sociedade (Couto, 1988).

Para se conseguir concluir os objectivos supracitados existem quatro tipos de processos. Os primeiros encontrados são processos de acção gerais que incluem a acção psicológica e a busca sistemática de informações. Seguidamente vêm os processos de acção interna que incluem a acção militar, policial e político-administrativa. Continuamente encontram-se os processos de acção externa que envolvem a acção militar, económica e a política interna e externa. Por fim vêm os processos especiais (Couto, 1988).

3.2. Combater a subversão ao nível estratégico (manobra contra-subversiva)

Como esta luta não deve ser realizada apenas por forças militares, a manobra militar deve interagir com outras partes em jogo. Sendo assim, seguidamente, apresenta-se a perspectiva de Couto (1988) relativamente à manobra contra-subversiva. Esta manobra é realizada de forma a combinar os processos citados no capítulo anterior e são:

- Informações e contra-informação
- Manobra psicológica
- Manobra de controlo da população e recursos
- Melhoria das estruturas e infra-estruturas
- Manobra externa
- Acções especiais
- Manobra militar interna

Em contra-subversão, as informações devem incidir sobre o meio onde o inimigo deve actuar, as suas motivações e as da população a fim de serem exploradas e na indiciação de actividade subversiva (Garcia, 2007).

A manobra psicológica é aquela onde se pode verificar o sucesso ou não da contra-subversão. Sendo assim, esta deve ser exercida junto da população, junto do adversário e junto dos meios contra-subversivos, assim como nos meios externos (Couto, 1988).

Para o controlo da população e dos recursos, as forças a empregar devem ser preferencialmente do tipo policial por terem um conhecimento mais aprofundado da situação da população e para que as forças militares estejam mais libertas para outras actividades do seu âmbito. No entanto, as forças militares, podem actuar em apoio das forças policiais com o fim de as auxiliar quando o seu potencial não seja suficiente (Couto, 1988).

A melhoria das estruturas e das infra-estruturas acontece apenas com o fim de obter o apoio da população e para obter melhores estruturas para a prática contra-subversiva (Couto, 1988).

Visto que, normalmente, a subversão tem apoio externo para a realização das suas acções, é de todo importante que a contra-subversão tenha a capacidade de neutralizar todo este apoio actuando através da incidência sobre Estados, Organizações Internacionais e Grupos de Pressão (Couto, 1988).

Por fim, mas não menos importante, as acções especiais são aquelas que devem abarcar aspectos peculiares da subversão, visto que o fenómeno subversivo é diferente de caso para caso (Couto, 1988).

3.3. Combater a subversão ao nível táctico (manobra militar interna)

As forças militares podem ser dispostas no terreno de duas formas distintas, como forças de quadrícula e como forças de intervenção. Uma força de quadrícula é instalada em pontos sensíveis como é o caso das povoações. Normalmente é dada uma zona de acção de Batalhão e por sua vez este divide-a em áreas de responsabilidade de Companhia. Por sua vez as forças de intervenção são utilizadas quando se pretende uma acção ofensiva no adversário e como complemento das forças de quadrícula e podem ser dadas de reforço a unidades subordinadas ou empregues sobre ordens directas do comando a que pertencem (Motta, 2002).

Como já foi referenciado anteriormente, as informações tomam uma especial relevância, sendo o esforço de pesquisa orientado para o inimigo, o terreno, para os meios e para a população. É a população que toma uma especial relevância nesta pesquisa não só em acções preventivas mas também para a própria conduta das operações. A importância destas também se prende com a conduta da acção psicológica (Garcia, 2007).

Essa informação pode ser recolhida através de patrulhas, tanto montadas como apeadas e através do contacto com a população que é considerada, em termos "clausewitzianos" o centro de gravidade da subversão (Cann, 2005).

O emprego das forças também é diferente do realizado para forças preparadas para a guerra convencional. Sendo assim, as forças de infantaria são utilizadas para realizar patrulhamentos, normalmente, como forças de quadrícula. As forças especiais (Comandos, Paraquedistas e Operações Especiais) são, fundamentalmente, forças de intervenção. As tropas de reconhecimento são utilizadas como forças de intervenção, graças á sua mobilidade e grande versatilidade para cumprir missões (Motta, 2002). Existe uma grande controvérsia na utilização do Carro de Combate neste tipo de conflito pelo que a sua utilização não vai ser alvo deste artigo, mas sim de artigos posteriores. A artilharia também tem a sua utilidade quando utilizada em terreno aberto e quando houver informações precisas sobre o inimigo e o terreno. Deve haver bastante cuidado no uso da artilharia neste tipo de conflito, pois, a sua má utilização pode ter graves consequências no desenrolar do conflito (Estado-Maior do Exército, 1963). As restantes Armas e Serviços devem ser utilizadas de forma a apoiar, não só as nossas forças, mas também a população.

"... as forças de intervenção são utilizadas quando se pretende uma acção ofensiva sobre o inimigo." (Fonte: COR Cav C. Neves)

Nestes conflitos deve-se ter em conta também o meio em que se desenrola a acção. Nas guerras anticoloniais, na maior parte dos casos, toda a manobra militar desenrolava-se em terreno aberto. Na actualidade, tanto no Afeganistão como no Iraque, a maior parte das acções desenrola-se em áreas edificadas.

Embora a doutrina portuguesa para a contra subversão não esteja actualizada, esta encontra-se sistematizada em 5 volumes cuja ultima actualização data de 1966. Estes volumes são intitulados de *O Exército na Guerra Subversiva* e têm os seguintes subtítulos: generalidades, operações contra bandos armados e guerrilhas, acção psicológica, apoio às autoridades civis e administração e logística.

Relativamente à acção das forças militares no terreno, apenas os volumes relativos a operações contra bandos armados e guerrilhas, acção psicológica e apoio às autoridades civis apresentam-se como fundamentais para a compreensão da utilização das forças militares.

Como já foi dito anteriormente, as forças podem ter função de quadrícula ou função de intervenção. As forças em função de quadrícula executam a defesa de pontos sensíveis, protecção de itinerários, pesquisa de notícias sobre o inimigo, terreno e população, contactam com a população, executam acção psicológica no inimigo e hostilizam o inimigo. Por sua vez, as forças em função de intervenção têm tarefas do âmbito ofensivo sendo estas as de socorrer unidades, povoações e instalações atacadas, procurar o inimigo e hostilizá-lo e executar operações

ofensivas contra elementos rebeldes referenciados (Estado-Maior do Exército, 1963).

Relativamente à acção psicológica, esta pode ser realizada sobre a população, sobre o adversário[1] e sobre as nossas tropas sobre a forma de propaganda, contra-propaganda e informação (Estado-Maior do Exército, 1966).

No que diz respeito ao apoio às autoridades, as forças militares podem realizar o restabelecimento e manutenção da ordem através da dispersão de multidões, guarda de pontos sensíveis, controlo de comunicações (checkpoints), rusgas e escoltas. Também podem exercer funções respeitantes ao controlo da população como o recenseamento populacional e seu enquadramento, controlo da informação pública, controlo de armas, abastecimentos e movimentos (Estado-Maior do Exército, 1963).

4. CONCLUSÕES

Com se pode verificar, o fenómeno subversivo é um fenómeno que tem vindo a desenvolver-se ao longo da história, teve o seu apogeu no século XX, no entanto, continua a afligir os exércitos mais desenvolvidos na actualidade.

A subversão caracteriza-se como sendo a luta do mais fraco contra o mais forte (*David against Goliath*[2]) tendo uma acção temporal muito fora do normal da conhecida guerra convencional. É um fenómeno que apresenta uma evolução temporal faseada em que a subversão tem sempre do seu lado o factor surpresa e tempo.

Por sua vez a missão da contra-subversão é o de deter os elementos subversivos e fazer com que esta não se espalhe na população como uma doença. A subversão não deve ser apenas combatida ao nível táctico e operacional, mas também ao nível estratégico sendo uma acção bastante desgastante para os Estados.

Embora não esteja actualizada, Portugal, tem doutrina de contra-subversão realizada durante a Guerra do Ultramar (1961-1974), a qual nunca teve qualquer actualização depois deste conflito.

Com o espoletar de novos conflitos desta natureza é importante reflectir sobre este fenómeno e a sua forma de combater. As constantes perdas por parte do exército americano tanto no Iraque como no Afeganistão são bastante conclusivas de que este é o estilo de conflito que vai afligir os Estados durante este século. Portugal esteve envolvido numa guerra subversiva em 3 frentes distintas o que faz com que seja um País privilegiado no que diz respeito a conhecimento prático de contra-subversão. A doutrina contra-subversiva realizada na Guerra do Ultramar não se encontra totalmente desactualizada e pode ser facilmente actualizada. Resta fazer com que isso aconteça.

OBRAS CITADAS

Barroso, L. F. (28 de Novembro de 2007). *Combate Irregular e Natureza da Estratégia: O Caso da Subversão e da Contra-Subversão nas Guerras Peninsulares.* Obtido de Revista Militar: http://www.revistamilitar.pt

Beaufre, A. (2004). *Introdução à Estratégia.* Lisboa: Sílabo.

Cann, J. P. (2005). *Contra-Subversão em Africa - Como os Portugueses Fizeram a Guerra em Africa.* Lisboa: Prefácio.

Carriço, A. (2005). *Apontamentos da Unidade Curricular de História Militar II - A Guerra-Vista ou a Paz Cruel: Conflitualidade e Desenvolvimentos Tecnológicos e Militares.* Lisboa: Academia Militar.

Couto, A. C. (1988). *Elementos de Estratégia - Apontamentos para um Curso.* Lisboa: IAEM.

Estado-Maior do Exército. (1966). *O Exército na Guerra Subversiva - Acção Psicológica (volume III).* Lisboa: Estado-Maior do Exército.

Estado-Maior do Exército. (1963). *O Exército na Guerra Subversiva - Administração e Logística (volume V).* Lisboa: Estado-Maior do Exército.

Estado-Maior do Exército. (1963). *O Exército na Guerra Subversiva - Apoio às Autoridades Civis (volume IV).* Lisboa: Estado-Maior do Exército.

Estado-Maior do Exército. (1963). *O Exército na Guerra Subversiva - Generalidades (Volume I).* Lisboa: Extado-Maior do Exército.

Estado-Maior do Exército. (1961). *O Exército na Guerra Subversiva - Guia para o Emprego táctico das Pequenas Unidades na Contra-Guerrilha.* Lisboa: Estado-Maior do Exército.

Estado-Maior do Exército. (1963). *O Exército na Guerra Subversiva - Operações Contra Bandos Armados e Guerrilhas (Volume II).* Lisboa: Estado-Maior do Exército.

Estado-Maior do Exército. (2005). *Regulamento de Campanha Operações.* Lisboa: Estado-Maior do Exército.

Ferreira, P. A. (2006). *Novo Terrorismo.* Lisboa: Prefácio.

Garcia, F. P. (Maio de 2003). Contributos para o emprego do Batalhão de Infantaria na Luta Contra-Subversiva Actual. *Revista Militar*, pp. 515-555.

Garcia, F. P. (2007). descrição do Fenómeno subversivo na Actualidade: A Estratégia da Contra-Subversão. Contributos Nacionais. In *A. Moreira, Estratégia (volume XVI)* (pp. 113-182). Lisboa: Instituto Português da Conjuntura.

Garcia, F. P. (2005). Estudo Introdutório. In V. N. Giap, *Manual de Estratégia Subversiva* (pp. 11-38). Lisboa: Sílabo.

Hammes, T. X. (2004). *The Sling and the Stone - On war in the 21st Century.* St Paul: Zenith Press.

Motta, S. (2002). *Trabalho Individual de Longa Duração - O Exército Português: da Guerrilha às Operações de Apoio à Paz: Capacidades e Possibilidades de Actuação, no presente e no Futuro, no Quadro das Forças Multinacionais.* Pedrouços: IAEM.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

Alves, G. J. (1992). *Os Fenómenos Subversivo e Contra-Subversivo - Aspectos Políticos e Estratégicos nos Primórdios de Noventa e Dois.* Lisboa: Liga dos Combatentes.

Bento, J. M. (Outubro de 1995). Com os Carros de Combate M5A1 - Da Planície Alentejana à Floresta dos Dembos. *Jornal do Exército*, pp. 20-24.

Couto, A. C. (2004). Prefácio. In *A. Beaufre, Introdução à Estratégia* (pp. 11-24). Lisboa: Sílabo.

Dias, C. M. (2006). Contra-Subversão - O Quadro Conceptual. *Revista da Cavalaria*, pp. 18-21.

Freire, M. (Maio-Junho de 1998). Dragões de Angola: Fighting Insurgency from Horseback. *Armor*, pp. 36-40.

Freire, M. (Agosto-Setembro de 2001a). Técnicas e procedimentos Operacionais no Kosovo [I]. *Jornal do Exército*, pp. 18-23.

Freire, M. (Outubro de 2001b). Técnicas e procedimentos Operacionais no Kosovo [II]. *Jornal do Exército*, pp. 18-23.

Garcia, David Miguel (Setembro de 2008). Técnicas Praticadas Pela Cavalaria Portuguesa – Uma Ponte Entre a Guerra de Africa (1961-1974) e as Actuais OAP, Lisboa, Academia Militar.

Giap, V. N. (2005). *Manual de Estratégia Subversiva.* Lisboa: Sílabo.

Guerra Colonial – Angola - Guiné - Moçambique. (s.d.). Lisboa: Jornal de Noticias.

Jeffrey, R. (2007). *Beating Goliath - Why Insurgencies Win.* Virginia: Potomac Books.

Laqueur, W. (1998). *Guerrilla Warfare - A Historical & Critical Study.* London: Westview Press.

Loureiro, J. C. (2006). Mecanismos de Subversão e de Contra-Subversão - Uma Análise sobre o Kosovo. *Revista da Cavalaria*, pp. 22-25.

Loureiro, J. C. (2004). Unidades Mecanizadas de Cavalaria nas Forças Nacionais Destacadas. *Revista da Cavalaria*, pp. 16-19.

Neves, J. C. (1973-1974). *Album do 1º Esquadrão a Cavalo da Região Militar de Moçambique e CICAV (volume I e II).* Lisboa: Edição do Autor.

Neves, J. C. (2004). Blindados na Guiné: PelRec FOX 888. *Revista da Cavalaria*, pp. 26-31.

Neves, J. C. (1963-1964). *História do Pelotão FOX 888 (volume I a V).* Lisboa: Edição do Autor.

Neves, J. C. (1967-1968). *O Esquadrão de Cavalaria nº 2 na ZIN - Moçambique, Mueda (volume I a IX).* Lisboa: Edição do Autor.

Paulo, J. L. (2006). *Elefante Damdun - Missão, Testemunho e Reconhecimento.* Lisboa: Edição do Autor.

Santos, J. A. (2004). Estudo Introdutório. In M. Tsé-Toung, *Problemas Estratégicos da Guerra Subversiva* (pp. 11-27). Lisboa: Sílabo.

Santos, J. R. (2005). *Metodologia das Ciências Sociais - Documento de Estudo.* Lisboa: Academia Militar.

Tsé-Toung, M. (2004). *Problemas Estratégicos da Guerra Subversiva.* Lisboa: Sílabo.

Viegas, J. V. (Novembro de 1995). As Três Meninas do BCav 1927. *Jornal do Exército*, pp. 15,16.

NOTAS

1 É de referenciar que tanto Couto (1988) como a doutrina acima referenciada utiliza o termo adversário quando se refere à acção psicológica e o de inimigo quando se refere a acções contra bandos armados.

2 Tradução: David contra Golias. Este é um termo muito utilizado pelos americanos para caracterizar a subversão.

Patrulhas da Cavalaria '09

300 Aniversário

Decorreram de 10 a 13 de Novembro de 2009 as "Patrulhas da Cavalaria 09".

Esta competição surge por iniciativa do Regimento de Cavalaria nº6, numa tentativa de reedição das antigas Patrulhas da Cavalaria que a nossa Arma costumava realizar com alguma assiduidade.

Além do treino necessário à sua realização, promovendo desta forma a consolidação de conhecimento, esta iniciativa pretende, igualmente, ser o embrião para a promoção de outros encontros de militares da nossa Arma e daí resultar troca de experiências e ensinamentos úteis à sua formação.

A edição de 2009 das "Patrulhas da Cavalaria" contou com a participação de 4 equipas de 8 elementos, que realizaram em 3 dias, o seguinte conjunto de provas:

10Nov09
Prova de Tiro
- Esp Aut G3 (Precisão, instintivo e combate)
- Pistola Walther (Precisão e instintivo)

Prova Topográfica nocturna (30Km) com vários tipos de navegação e execução obrigatória de provas/tarefa em cada ponto (ATI, SAP, SHS, Tms, etc)
- Cartas Topográficas só com curvas de nível;
- Cartas Topográficas só com linhas de água;
- Grafico Diuffur;
- Azimute – distância;
- Carta normal 1:25000.

11Nov09
Prova de Reconhecimento
- Reconhecimento de um Itinerário e de várias obras de arte.
- Montar e operar um PO/PE

SECÇÃO DE OPERAÇÕES / INFORMAÇÕES
RC6

12Nov09
Prova de MARCOR com Obstáculos

- Slide;
- Rappel;
  - Tirolesa;
  - Transposição de curso de água a nado.

Prova de lançamento de granadas
Prova de perícia de condução

À excepção da prova de tiro, que foi realizada no Regimento de Infantaria 19, todas as outras foram realizadas na Serra da Cabreira. O apoio de alimentação foi garantido pela Secção de Alimentação do ECS/GAM que deslocou para o local uma cozinha rodada com a respectiva guarnição.

No dia 13Nov09 realizou-se a cerimónia de entrega de prémios aos vencedores, que contou com a presença de antigos Oficiais e Comandantes do RC 6.

Da competição saiu vencedora a Patrulha nº 3, pertencente ao 1º EAM/GAM que foi comandada pelo Ten Cav Pereira.

Está já prevista a organização das "Patrulhas da Cavalaria 2010", que serão realizadas no primeiro semestre de 2010 na região de Braga.

Durante a realização das "Patrulhas da Cavalaria 09", estiveram presentes observadores de várias Unidades de Cavalaria cujo testemunho aqui deixamos:

Regimento de Lanceiros Nº2
Alferes Cav Miguel Almeida

"É sem dúvida boa a iniciativa de relançar as Patrulhas de Cavalaria. É o tipo de prova que fomenta a união não apenas entre os elementos de cada patrulha, mas também entre todas as Unidades de Cavalaria. Tal união foi visível nos três dias de exercício e nesse aspecto pode dizer-se que se cumpriram os principais objectivos.

Esperemos que realizada esta primeira Patrulha, se possam agora corrigir os erros que foram observados e tornar as próximas edições ainda melhores."

Regimento de Cavalaria Nº3
Alferes Cav Joaquim Algarvio

"Na qualidade de observador enviado pelo Regimento de Cavalaria 3, não posso passar sem referir que é de louvar a iniciativa do RC6, em reavivar novamente as Patrulhas da Cavalaria. Viveu-se nestes dias um ambiente de sã camaradagem, onde os elementos participantes nas provas, mantiveram sempre uma atitude de competição mas ao mesmo tempo também de entreajuda entre equipas.

Esta primeira edição das Patrulhas da Cavalaria nos tempos que correm, foi também uma experiência para se avaliar em que moldes estas provas deverão ser feitas. Na minha opinião, estas provas não deverão ser organizadas por uma das unidades da arma mas sim pela Casa Mãe da Cavalaria, a Escola Prática de Cavalaria.

As Patrulhas da Cavalaria serviram também para que os comandantes, de cada patrulha, pudessem verificar o nível a que se encontravam os seus homens. Deu então para perceber que para uma equipa poder participar nestas provas é necessário algum treino. Torna-se então necessário que as Unidades tomem consciência desta preparação que tem de ser feita, de forma a disponibilizar aos seus homens as condições para que estes se possam preparar correctamente para estas provas.

Espero então que esta edição sirva de exemplo e aprendizagem para que as próximas edições possam ainda ser melhores."

Quartel da Cavalaria
2 SAR Cav Ricardo Costa

"Foi com grande agrado que no desempenho do papel de observador na 1ª Edição das Patrulhas da Cavalaria pude constatar que o espírito de sã camaradagem e sacrifício continuam bem presentes nos militares da Arma, pela forma como estes foram postos à prova nas mais diversas e variadas missões desempenhadas.

Este evento revelou ser de grande utilidade e importância, não só para os militares da Arma, como para todo o Exército, pois no futuro, poderá servir como nivelamento entre as 3 Brigadas, a nível de conhecimentos e procedimentos técnicos e tácticos relativos ao reconhecimento. Espero que esta 1ª Edição seja a primeira de muitas, pois é uma mais-valia para o sucesso de futuros empenhamentos de reconhecimento da Mui Nobre Arma de Cavalaria."

Constituição das Patrulhas:

Patrulha 1 (1º EAM/GAM/BrigInt)
- Tenente João Pedro Faria Leite Barroso
- FurrielAntónio Manuel Pereira da Silva
- 1º Cabo José Luís Pereira Gomes
- 1º Cabo José Manuel Azinheira Neves
- 2º Cabo José Daniel Oliveira Fernandes
- Soldado Bruno do Canto Gonçalo
- Soldado Vítor Manuel Oliveira Roque
- Soldado Adelino Francisco Pinto de Sousa

Patrulha 2 (1º EAM/GAM/BrigInt)
- Tenente Bruno Manuel da Silva Pereira
- 1º Sargento Pedro José Sousa Vasconcelos
- 2º Cabo Paulo César Abreu Martins
- 2º Cabo Sérgio Alves Esteves
- 2º Cabo Ricardo Manuel Martins Rafael
- 2º Cabo André Manuel Carvalho Pereira
- Soldado Ricardo Jorge Martins
- Soldado José António Martins Meira

Patrulha 3 (1º EAM/GAM/BrigInt)
- Tenente Bruno Esteves de Carvalho Pinho da Cruz
- Furriel Valter Nuno Rodrigues Meixedo
- 1º Cabo Rui Manuel Pinehiro Silva
- 2º Cabo Bruno Daniel Alves Sampaio
- Soldado André Filipe Flores Ferreira
- Soldado Tiago André Silva Batista
- Soldado António Sérgio Alves Oliveira
- Soldado Ivo Emanuel Barbosa da Costa

Patrulha 4 (ERec/BrigInt)
- Alferes Fábio António Couceiro do Vale
- 2º Sargento João Paulo Marcos Carvalho
- 2º Cabo Paulo Jorge Ferreira Carvalho
- Soldado Daniel dos Santos Fernandes
- Soldado Filipe Manuel Moreira dos Santos
- Soldado Ricardo Alexandre Mira Mendes
- Soldado Carlos Daniel Silva Gonçalves
- Soldado Júlio César Pereira Ribeiro

A Unidade de Segurança e Honras de Estado e o Regimento de Cavalaria da GNR

Sabendo que a génese da USHE tem por base o RC, iniciaremos com uma breve resenha histórica, referenciando os momentos mais marcantes, passando, de seguida, pela sua missão geral, atribuições específicas e organização para o cumprimento da sua missão, finalizando com uma descrição das suas principais actividades.

Todos os que conheceram o Regimento de Cavalaria (RC), desejam saber o que lhe aconteceu. É um anseio frequente e recorrente, particularmente para quem desconhece a nova organização da Guarda Nacional Republicana (GNR), em vigor desde 01JAN2009. Assunto pertinente que merece um esclarecimento.

O RC foi extinto em 31 de Dezembro de 2008, sucedendo-lhe, em 01 de Janeiro de 2009, a Unidade de Segurança e Honras de Estado (USHE), de escalão brigada, de comando de um Major-general.

CAP Cav GNR MIGUEL G. FERREIRA
USHE

1. HISTÓRIA

A Unidade de Segurança e Honras de Estado da Guarda Nacional Republicana foi criada em 01 de Janeiro de 2009, nos termos do nº 8 do despacho nº 78/08-OG, do Comandante-Geral da GNR, de 22 de Dezembro, despacho decorrente da nova orgânica da Guarda Nacional Republicana, aprovada pela Lei nº 63/2007, de 06NOV, Lei Orgânica da GNR, que estabeleceu entre outras, a criação desta Unidade de Representação. Pela Portaria 1450/2008, de 16 Dezembro, definiu-se a organização interna da unidade bem como das respectivas subunidades.

É herdeira das Unidades de Cavalaria da Guarda Real de Polícia e do Regimento de Cavalaria conforme o estipulado no n.º 6 do despacho nº 78/08-OG, supra referido. É por isso fiel depositária das nobres tradições da Cavalaria Portuguesa e tem tomado parte nos acontecimentos políticos e sociais da história de Portugal.

A Unidade tem a sua origem na junção do Regimento de Cavalaria, extinto em 31 de Dezembro de 2008, com a 1ª Companhia (Estrela), 3ª Companhia (Lóios) e Fanfarra do Regimento de Infantaria, também extinto em 31 de Dezembro de 2008, e Banda da Música do Comando-Geral.

O Regimento de Cavalaria da Guarda Nacional Republicana teve a sua origem em 05 de Abril de 1922, decorrente da reorganização da GNR, preconizada pelo Decreto 8.064 de 21 de Março. Conforme artigos 8º e 9º da Ordem de Serviço nº 15, de 04 de Abril de 1922, do Comando-Geral da Guarda, onde se lê "*que sejam considerados extintos desde 5 do corrente os GG.EE. 1 e 2, sendo organizado neste dia com os seus elementos o R.C....*"

Tinha o comando em Cabeço de Bola e era então formado por cinco Esquadrões: o 1º Esquadrão no Carmo, o 2º Esquadrão em Cabeço de Bola, o 3º Esquadrão em Braço de Prata, o 4º Esquadrão em Telheiras e o 5º Esquadrão em Campolide.

Desde a sua criação até à sua extinção, sofreu diversas alterações à sua constituição e na sua organização, das quais se destaca:

Em 31 de Janeiro de 1924 é extinto o 4º Esquadrão do RC, aquartelado em Telheiras, passando o 5º Esquadrão, aquartelado em Campolide, a designar-se por 4º Esquadrão. Em 1926, o 4º Esquadrão (ex 5º Esquadrão) é transferido de Campolide para as instalações na Ajuda onde se mantém até à presente data.

Em 1944, o 2º Esquadrão passou a motorizado acompanhando a motorização do Exército.

Travessia do Tejo do Esquadrão do Barreiro.

Em 1947, dada a necessidade de acautelar as convulsões sociais no pólo industrial do Barreiro, é constituído um esquadrão destacado no Barreiro, tendo recolhido em 08 de Janeiro de 1976.

Em 01 de Junho de 1970, o 2º Esquadrão serve de base para a formação da Brigada de Trânsito da GNR, Unidade que substitui a extinta Polícia de Viação e Trânsito.

Em 1972, é desactivado o 1º Esquadrão, no Carmo, motivado pela falta de meios humanos e a cedência de instalações para o Comando-Geral.

Com a integração da Guarda Fiscal na Guarda Nacional Republicana, em 1993, o Centro de Instrução da GNR que funcionava na Ajuda passa para Queluz, passando para estas instalações, em 1995, o Comando, o Estado-Maior e o Esquadrão de Comando e Serviços do RC.

Em Março de 2000 é activado o Esquadrão Presidencial nos moldes actuais, ou seja, com efectivo próprio porque até esta data era constituído por efectivo nomeado pelos outros Esquadrões. Neste mesmo ano são criados no 2º Esquadrão os primeiros pelotões-ciclo para patrulhamento em BTT

Patrulhamento BTT

das zonas de veraneio de especial afluência de cidadãos nacionais e estrangeiros, nomeadamente no Algarve.

Em 2006, S. Ex.ª o Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio condecorou o Regimento de Cavalaria com o grau de membro honorário da Ordem do Infante D. Henrique, sendo, ainda, em 2008, condecorado com a medalha de ouro de serviços distintos de segurança pública, por S. Exa. o Ministro da Administração Interna, Dr. Rui Pereira.

2. MISSÃO

A Unidade de Segurança e Honras de Estado é a unidade de representação de escalão brigada que nos termos do artigo 43.º da Lei Orgânica da Guarda Nacional Republicana, para além da missão geral da Guarda, é responsável pela protecção e segurança às instalações dos órgãos de soberania e de outras entidades que lhe sejam confiadas e pela prestação de honras de Estado.

Sentinelas honoríficas.

Escolta honorifica.

Para além das competências decorrentes da sua missão geral, a USHE tem outras atribuições, de acordo com o estipulado no nº 3 do despacho nº 78/08-OG, de 22 de Dezembro, nomeadamente:

a. Garantir a prestação de honras de estado confiadas à Guarda, bem como as superiormente determinadas, sem prejuízo das atribuições do esquadrão presidencial;
b. Garantir a segurança às instalações dos órgãos de soberania, designadamente dos Palácios de S. Bento e das Necessidades, assim como de outras que lhe forem confiadas;
c. Garantir a segurança e prestação de honras de estado no Palácio Nacional de Belém;

d. Manter em prontidão um esquadrão a cavalo para reforço da Unidade de Intervenção em acções de manutenção e restabelecimento da ordem pública;
e. Nomear oficiais de segurança, para os órgãos de soberania, cuja responsabilidade seja atribuída à Guarda;
f. Garantir a remonta, o desbaste e o ensino de solípedes, a inspecção técnica e a uniformização de procedimentos de unidades a cavalo e da equitação;
g. Assegurar, sob supervisão do comando da doutrina e formação, a instrução específica de cavalaria;
h. Realizar acções de natureza preventiva e efectuar o emprego operacional dos seus meios em reforço das unidades;

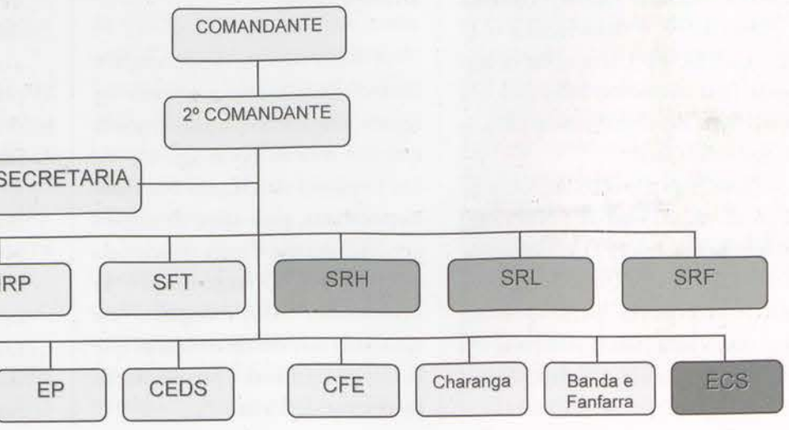
3. ORGANIZAÇÃO

Para o cumprimento da missão, a USHE organiza-se de acordo com o organograma abaixo indicado.

A estrutura e a organização da Unidade compreendem:

a. Comandante, 2º Comandante e Secretaria do Comando;
b. As Secções de Estado-Maior, a saber: Secção de Justiça, Secção de Operações, Informações e Relações Públicas, Secção de Formação e Treino, Secção de Recursos Humanos, Secção de Recursos Financeiros e Secção de Recursos Logísticos, sendo as três últimas atribuídas pelo Comando da Administração dos Recursos Internos. Tem ainda o Centro de Ensino e Desbaste de Solípedes, CEDS, que garante a remonta, o desbaste e o ensino de solípedes e o Centro de Formação Equestre, CFE, responsável pelas inspecções técnicas e a uniformização de procedimentos das unidades a cavalo e da equitação;
c. Duas subunidades de comando de tenente-coronel, o Grupo de Honras de Estado (GHE), de cavalaria, constituído pelo 2º Esquadrão moto e pelos 3º e 4º Esquadrões a cavalo, e, o Grupo de Segurança (GS), de infantaria, constituído pelas 1ª e 3ª Companhias. Estas subunidades garantem a prestação de honras de estado confiadas à Guarda, bem como as superiormente determinadas. São responsáveis por garantir a segurança a instalações dos órgãos de soberania, designadamente dos Palácios da Ajuda (cavalaria) e de S. Bento e das Necessidades (infantaria), assim como de outras que lhe forem confiadas.
d. O Esquadrão Presidencial é responsável por garantir a segurança e prestação de honras de estado no Palácio Nacional de Belém;
e. A Banda e Fanfarra que compreende a Banda Sinfónica, a Banda Marcial, a Fanfarra, a Orquestra de Câmara, o Quinteto de Cordas, a Secção de Instrução e Formação e o Arquivo Musical;
f. A Charanga a cavalo, a outra subunidade musical da USHE, que está sediada no 3º Esquadrão;
g. Por fim, o Esquadrão de Comando e Serviços (ECS), atribuído pela Unidade de Apoio de Serviços da Secretaria-Geral da Guarda.

Fruto das várias reorganizações sofridas ao longo da sua história, das diversas missões que lhe estão cometidas, nos mais variados locais, a USHE, está dispersa pela cidade de Lisboa no que respeita a instalações físicas, encontrando-se o seu Comando, o Comando do GHE, o 4º Esquadrão, o CEDS, o ECS e a Banda e Fanfarra no cimo da Calçada da Ajuda, junto do Palácio Nacional da Ajuda. Em Cabeço de Bola o 2º Esquadrão e em Braço de Prata o 3º Esquadrão. Na Estrela encontra-se todo o GS. O EP está aquartelado no Palácio Nacional Belém.



Banda da GNR.

Charanga a Cavalo.

4. ACTIVIDADES

Decorrente da missão geral da guarda, a USHE, faz patrulhamento policial a cavalo em apoio à PSP, em Lisboa, e patrulhamento a cavalo e motorizado em reforço aos Comandos Territoriais de Lisboa, Faro, Setúbal e Leiria. É também responsável pelo patrulhamento ciclo e patrulhamento de apoio ao turista, especialmente na área do Comando Territorial de Faro.

Decorrente das suas atribuições específicas a USHE mantém disponível, em permanência, um esquadrão a cavalo para reforço da Unidade de Intervenção (UI), em situações de manutenção e restabelecimento da ordem pública e outras missões operacionais.

No que respeita à actividade honorífica, é responsável pela prestação de honras de estado através da execução de guardas de honra a chefes de estado, a presidentes de parlamento e primeiros-ministros, escoltas de honra, motorizadas e a cavalo, a chefes de estado e a embaixadores residentes. Ainda de carácter honorífico executa guardas honoríficas, realizadas essencialmente nos Palácios Nacionais da Ajuda, de Belém e Queluz, Assembleia da República, Residência Oficial do Primeiro-Ministro, Supremos Tribunais e Comando-Geral da GNR. No mesmo âmbito se enquadra o Render Solene da Guarda ao Palácio Nacional de Belém.

Patrulhamento a Cavalo.

Na actividade de representação a Banda e Fanfarra e a Charanga a cavalo têm um papel fundamental com exibições em território nacional e em alguns dos mais importantes eventos equestres a nível internacional.

Carrossel.

Também com missão de representação, o Carrossel moto da GNR tem executado apresentações por todo o país.

Na actividade da segurança e guarnição executa a segurança dos aquartelamentos da USHE, da guarda de polícia à porta de armas de cavalaria do Comando-Geral da GNR. Através do Esquadrão Presidencial executa a segurança ao Palácios Nacional de Belém. Através do Grupo de Segurança executa a segurança ao Palácio Nacional de S. Bento (Assembleia da República e Residência Oficial do Primeiro-Ministro) e ainda a segurança aos Palácios das Necessidades e de Queluz.

Estafeta moto.

É responsável, através dos estafetas moto do 2º Esquadrão, pela entrega de correspondência oficial protocolada entre as mais altas instâncias da governação nacional, assim como, Presidência da Républica, Assembleia da Républica, Primeiro-Ministro, vários ministérios, Inspecção-Geral da Administração Interna e Comando-Geral da GNR.

É responsável pela aquisição, desbaste e ensino de solípedes para toda a Guarda Nacional Republicana através do Centro de Ensino e Desbaste de Solípedes.

Possui também uma importante escola de ensino da equitação, destinada a civis. A Escola de Equitação da USHE tem dois pólos, um em Braço de Prata, 3º Esquadrão, e outro na Ajuda, 4º Esquadrão. Constitui-se como uma iniciativa social da GNR, com o objectivo de proporcionar aos jovens a aprendizagem e o aperfeiçoamento da equitação e ainda a prática de hipoterapia ou equitação terapêutica destinada a cidadãos portadores de deficiência.

5. CONCLUSÃO

No passado dia 01 de Dezembro, como aconteceu repetidas vezes ao longo de toda a sua história, todo o "Regimento de Cavalaria" formou tendo, através do 2º Esquadrão, executado uma escolta motorizada a S. Ex.ª a Presidente do Chile, Dr.ª Michele Bachelet, desde a sua "residência oficial" até ao Mosteiro dos Jerónimos, onde era aguardada pelo Regimento a Cavalo, que depois de ter formado na parada do 4º Esquadrão e ter descido a Calçada da Ajuda, se postou em frente ao Mosteiro dos Jerónimos, lhe prestou as honras militares e a escoltou a galope até ao Palácio Nacional de Belém, cerimonial que continuou, dentro do Palácio, com a guarda de honra e as sentinelas honoríficas do Esquadrão Presidencial.

A Unidade de Segurança e Honras de Estado, fruto da nova orgânica da Guarda, é a herdeira e depositária das tradições e do espólio histórico e documental do Regimento de Cavalaria, que como se vê, vive dentro da USHE, do qual esta mantém o Estandarte Nacional, a simbologia, o dia festivo e o espírito que ao longo dos tempos norteou a acção do RC, "*Aequo Animo*".

Varas e Cavaletes

O presente artigo não pretende constituir-se como uma receita de trabalho para aplicar pelos leitores, mas sim, constituir-se num documento de reflexão sobre a utilidade e complementaridade do trabalho do seu cavalo recorrendo à utilização de varas e cavaletes.

Lendo o tema, o leitor poderia deduzir que este será um trabalho específico de obstáculos, contudo, como veremos adiante, este trabalho poderá ser muito útil no trabalho de ensino do cavalo, pois esta metodologia contribuirá, e muito, para o aperfeiçoamento dos andamentos naturais do cavalo – objectivo a atingir no ensino do cavalo.

Independentemente da fase de ensino em que se encontra o cavalo, deverá o cavaleiro procurar sempre garantir a impulsão do seu cavalo e a indispensável liberdade das espáduas contribuido dessa forma para um bom equilibrio. Para que isso seja possível o cavaleiro deverá recorrer a trabalhos preparatórios. Estes deverão ser tais que permitam desenvolver a base do pescoço, região de extrema importância na biomecânica do cavalo, pois a sua elevação permite regular e coordenar os dois "agentes de força" da máquina animal, favorecendo o avanço dos posteriores, ponto capital no reequilíbrio do cavalo montado e assegurando a flexibilidade e tensão da linha de cima, "veio de transmissão" da força propulsiva do cavalo.

É pois como resposta aos trabalhos preparatórios referidos no parágrafo anterior que o cavaleiro poderá recorrer ao trabalho com varas e cavaletes. Este tipo de trabalho comporta em si essas duas vertentes que são a necessidade de impulsão dos posteriores e a liberdade das espáduas aquando da transposição das varas e/ou dos cavaletes.

Este trabalho é essencialmente um trabalho ginástico que apenas deverá ser iniciado quando o cavalo já se encontra num estado de equilíbrio no plano que permita ao seu cavaleiro efectuar facilmente transições ascendentes e descendentes sem que haja perda do mesmo.

Outro objectivo do trabalho, para além da ginástica do cavalo no seu conjunto nomeadamente em cavalos destinados a saltar, é o de o familiarizar com as varas aceitando-as e respeitando-as. Este é o inicio do trabalho de ensino de um cavalo de obstáculos, como defende a escola de Mafra, a fase de confiança e respeito pelos mesmos.

Importa pois que o cavalo se encontre calmo, confiante e ritmado pois só dessa forma poderá transpor as varas e cavaletes de uma forma que seja vantajosa para o melhorar da sua condição física e andamentos naturais, ou seja, estendendo a linha de cima, elevando a base do pescoço e impulsionando-se de forma correcta e sem contracções ou resistências.

Quando se inicia este trabalho deve começar-se pelas varas que poderão estar isoladas e dispersas pelo picadeiro, para que posteriormente se possam colocar paralelamente em linhas que poderão ter duas, três, quatro varas, etc. Naturalmente que a distância entre as varas variará consoante o andamento a que se destinam, assim apresentamos abaixo algumas distâncias que poderão servir de referência ao leitor:

- **Passo** - um apoio entre varas - 0,80m a 0,90m
- **Trote** - um apoio entre varas - 1,40m a 1,50m
  - dois apoios entre varas - 2,80m a 3,00m
- **Galope** - a tempo - 3,00m a 3,50m
  -um passo entre varas - 6,00m a 6,50m
  - dois passos entre varas - 9,00m a 9,50m

Poderá no trote, elevar-se as varas ou até utilizar cavaletes mais baixos (0,10m a 0,20m) por forma a potenciar o efeito ginástico do trabalho, reforçando dessa forma ainda mais os músculos elevadores do joelho e curvilhão ao mesmo tempo que liberta e descontrai a linha de cima.

Naturalmente que quando se utilizam as distâncias mais curtas, isso resultará numa maior elevação do cavalo, logo a uma maior suspensão, ao invés, ao aumentar a distância, aumentar-se-á a distensão dos posteriores. Deverá o cavalo ser trabalhado de ambas as formas, variando, o que levará a que melhore o seu equilíbrio enquanto ganha maior capacidade de suspensão e distensão dos posteriores.

Todo este trabalho poderá também ser efectuado em círculo no trote e no galope, o que potenciará os seus efeitos conjugando a flexibilidade longitudinal alcançada com a flexibilidade lateral que o círculo irá gerar.

MAJ Cav JOSÉ PEDRO MATALOTO
CMEFD

Os esquemas a utilizar poderão e deverão ser aqueles que a imaginação do cavaleiro e os materiais que tem à sua disposição assim o permitam, desde que tenha sempre em atenção as distância padrão e as características e capacidades do seu cavalo. Deverá inicialmente procurar as distâncias fáceis do seu cavalo e só depois de este trabalhar bem sobre elas, introduzir então pequenas variações.

Quando o cavalo já trabalhar calmo, descontraído e equilibrado sobre as varas, é altura de introduzir os cavaletes na sua rotina de ensino e progressão na aprendizagem se o seu destino for saltar. (Fig1)

Tal como referido anteriormente em relação às varas, também no trabalho sobre cavaletes a galope, deverá o cavaleiro iniciar o trabalho do seu cavalo com as distâncias que sejam mais favoráveis á amplitude de passada do seu cavalo, ou sejam, distâncias que não lhe afectem sobremaneira o equilíbrio. Distâncias más de início criarão desconfiança e medo ao cavalo o que é de evitar a todo o custo. Quando o cavalo trabalhar bem sobre as boas distâncias então o cavaleiro poderá variar os esquemas de acordo com a sua imaginação e objectivo específico.

O trabalho sobre cavaletes é fundamental para desenvolver a energia que o cavalo irá dispor na transposição dos saltos e acima de tudo irá contribuir para a melhoria da sua mecânica quando o faz.

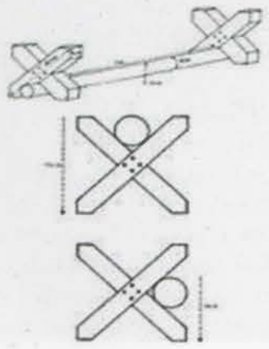


Fig. 1

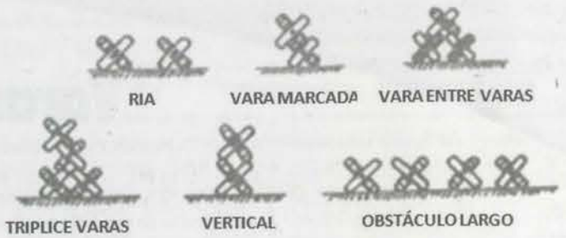


Fig. 2

Vai concerteza obter o cavaleiro uma batida de anteriores mais energica conjugada com uma subida do garrote, seguidas de uma boa batida de posteriores e de um bom gesto de báscula do pescoço por parte do seu cavalo. Para que estes objectivos e melhorias sejam possíveis, o cavaleiro deverá, se estiver a trabalhar montado, procurar uma excelente colocação em sela, interferindo o menos possível com a mecânica do seu cavalo procurando essencialmente o equílibrio do conjunto e a liberdade do seu dorso. O contacto com a boca do cavalo deverá ser permanente, suave e elástico, garantindo uma atitude estendida por parte do mesmo.

Como se subentende no parágrafo anterior, o trabalho sobre cavaletes ou sobre varas, poderá ser efectuado para além de montado, à guia ou em liberdade.

Todo o trabalho de cavaletes pode também ser conjugado com varas no chão, pois estas vão contribuir para confirmar ou educar o cavalo na boa mecânica sobre o salto.

O cavaleiro deverá inicialmente entrar nos esquemas de cavaletes a trote, dando-lhe liberdade na abordagem ao esquema pois dessa forma vai contribuir para que este procure o ponto de batida com o pescoço liberto, desenvolvendo-lhe a sua própria intuição.

Quando sobre os cavaletes o cavalo já permite variar as distâncias, então, pode-se variar a apresentação dos saltos efectuados com os cavaletes, podendo, ainda, com esta optima ferramenta, efectuar diversos tipos de obstáculos. Chegou então a altura de introduzir os compostos (fig 2).

Os compostos deverão começar a ser ensinados aos cavalos com os saltos a uma distância de duas passadas de galope. Inicialmente deve começar-se por dois verticais, depois largos e verticais, em seguida verticais e largos e por último, somente largos.

À laia de conclusão, o trabalho sobre varas e cavaletes é uma das ferramentas que o cavaleiro dispõe para melhorar o ensino do seu cavalo, melhorando-lhe a qualidade dos andamentos, a sua capacidade de suspensão e distenção, a confiança, a calma e sobretudo o equilibrio. Todas as melhorias apresentadas levarão a que o cavalo permita que o cavaleiro intervenha facilmente no seu controlo, ficando mais disponível.

Esperando ter contribuido para o despertar da curiosidade dos leitores para a procura de mais informação e acima de tudo para cimentar o seu interesse pelos assuntos da equitação.

BIBLIOGRAFIA:

Almeida, Netto de (1997), *Equitação Como e Porquê*. Edições Inapa. Lisboa

CMEFD (2003), *Manual Do Curso De Instrutores de Equitação, Conhecimentos Gerais*. Mafra

DSEFE (1980), *Manual de Equitação,Equitação Elementar Complementar e Superior*,2ª Edição . Lisboa

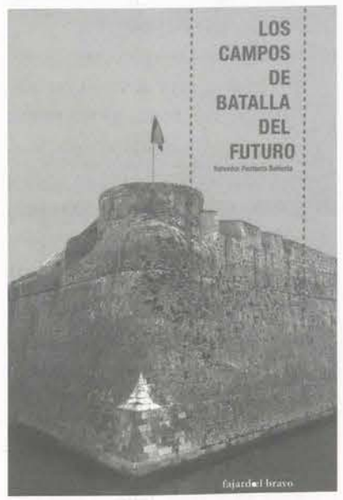
Galloux, Patrick (1990), Concours Complet D'Equitation. Editions Malone.

Mathias, Jorge (1996), *Arte de Saltar*. Edições Inapa. Lisboa

Pombeiro, Miguel (1997), *Linha de Cima a sua importância. Tese do Curso de Mestres*. Mafra.

The Pony Club (2005), *Manual Prático de Equitação*. 4ª Edição. Editorial Presença. Lisboa.

Livros/Artigos/Revistas/Sites



Los Campos De Batalla Del Futuro
General de Brigada Salvador Fontenla Ballesta
Editorial Fajardo el Bravo S.L.
Edição 2007

O autor é oficial general do Exército espanhol na reserva e apresenta o seu curriculum da seguinte forma.

Natural de Huercal-Overa (Almeria). Casado y con cinco hijos. Militar de profission

Principal destinos:

Teniente: Tercer Tercio de La Legión y III Bandera Paracaidista en el Sahara.

Capitán: Regimiento de Infantería Mallorca 13 y Primero Tercio de la Legión en Mellilla.

Comandante: Estado Mayor del Mendo de la Legión en Málaga.

Teniente-coronel: Jefe de la Plana Mayor de la Agrupación Táctica Málaga en Bosnia y Herzegovina y Jefe de la 1 Bandera Paracaidista en Alcalá de Henares (Madrid).

Coronel: Jefe de Estado Mayor de la Fuerza de Acción Rápida en Madrid.

General de Brigada: Segundo Jefe de la Comandancia General de Ceuta y Jefe de la Brigada Paracaidista.

Títulos Académicos

Mando de Unidades Paracaidistas

Estado Mayor

Doctor por la Universidad Complutense de Madrid

Chamou-me a atenção este livro por duas razões.

A primeira, por ter sido escrito por um oficial general do Exército Espanhol. A segunda pela forma curiosa de apresentação do curriculum do autor e que transcrevemos anteriormente.

Primeiro aparece a família e a significativa referência a "militar de profissão". Depois, vêm as suas funções profissionais, verificando-se que durante toda a sua vida militar desempenhou funções operacionais. Por fim vêm os seus títulos académicos (habitualmente, na maioria dos livros, os autores gostam de os pôr logo no principio). A sua qualificação civil de doutorado pela Universidad Complu-tense de Madrid, vem em ultimo lugar. Curioso!

Com este perfil introdutório a qualidade do conteúdo do livro não me surpreendeu.

O general Ballesta, de uma forma concisa (o livro tem 78 páginas apenas), apresentou as suas ideias para os desafios com que o exército espanhol se vai deparar num futuro próximo.

Como qualquer bom livro sobre a arte da guerra, um capítulo dedicado aos antecedentes históricos é fundamental. Os erros e os êxitos do exército espanhol no passado, são lições identificadas que devem estar sempre presentes quando se quer preparar os campos de batalha do futuro. Exemplos como a Batalha de Trafalgar, a Guerra da Independência (1808-1814), as Guerras de Cuba, e das Filipinas, são alguns exemplos que o autor cita para interpretar as lições do passado.

TCOR Cav MARCOS DE ANDRADE
Joint Command Lisbon

No capítulo seguinte com o título "Los Campos de Batalla Possibles", o general Ballesta faz um levantamento prospectivo de possíveis campos de batalha para as Forças Armadas espanholas. Não deixa de ser curioso e ao mesmo tempo muito interessante, uma breve referência que o autor faz a Olivença, *"La inercia de la reclamacion, puede transformarse en una incómoda situation diplomática, sobre todo si algunos consiguen levantar la bandera nacionalista, porue és evidente que ningún politivo portugués se atreve a declarar que Olivenza es de España"* (pág. 23).

No capítulo "Los Campos de Batalla Probables" o autor faz uma introdução muito interessante acerca do seu entendimento sobre guerra preventiva e guerra "anticipatoria", que em português poderíamos designar como reactiva. *"La guerra preventiva es la que se desencadena por hacer frente a amenazas potenciales futuras y, por lo tanto, especulativa. La guerra anticipatoria es una necesidad imperiosa de autodefensa, y está dirigida contra amenaza directa, inmediata y específica que hay que atajar inmediatamente para evitar males mayores. Esta ultima se sitúa en los márgenes de la legalidad y la preventiva ni siquiera tiene esta pretensión" (pág. 29).*

A integridade territorial, em que os territórios nacionais mais expostos a agressões são os extras peninsulares – Melilla, Ceuta e Canárias, são de particular atenção neste estudo. A questão das organizações militares multinacionais, hoje tão em voga nos vários teatros de operações internacionais, é também motivo de preocupação no que respeita principalmente a necessidade do uso de uma segunda língua (inglês). *"El trabajar en otro idioma reduce la confianza propia y la inventiva. Hay que especificar a que nivel de mando se deja de ser bilingüe, teniendo en cuenta que conforme se descienda será mucho más difícil asimilar (...) informaciones e datos" (pág.35)*

O general Ballesta não se coíbe de ser crítico ao afirmar no capítulo "El Ejército Preferido", que a evolução do Exército espanhol nos últimos 30 anos, não conseguiu chegar a um modelo definido. *"El arte militar, que como toda a arte tiene una parte importante de ciencia, le ha faltado un jefe militar que diseñara el ejército do futuro, que marcara los objetivos y el camino a seguir"*. Questões como o Espírito de Corpo e a Disciplina, a redução dos efectivos militares a capacidade de combate, e o tipo de unidades ligeiras ou pesadas, são matérias analisadas de uma forma muito directa e prática sem grandes concepções de índole teóricas.

A questão da selecção e formação do pessoal é também alvo de uma interessante referência. Permitam-me que transcreva mais uma citação do autor para que a minha tradução não retire qualquer força ás suas palavras. *"La desaparición del servicio militar obligatorio, no debe significar la desaparición de la obligación de los españoles con su propia defensa (...) Además de una soldada digna, deben tener las consideraciones sociales necesarias para que haga atractiva el paso por fila, de la juventud española, de tal forma que haya una integración del ejercito y la sociedad (...) El espíritu generoso e aventurero y el amor al riesgo de la juventud deben ser encauzados para el servicio de la comunidad. La formación militar y el Espíritu de Cuerpo, que los haga sentirse orgullosos de su historial harán el resto"* (pág. 64).

O livro termina com uma curta conclusão. A estrutura do actual exército (espanhol) não é resultado de um modelo predefinido mas sim de uma série de sucessivas reformas e adaptações, consequência de continuas reduções de efectivos que afectaram a sua estrutura orgânica. O exército é para fazer a guerra, organizado e treinado para o combate porque a tarefa fundamental de toda a força militar é o combate. *"No necessitamos un ejército para la guerra, sino un Ejército para una Guerra"* (pág. 74). Esta Guerra que fala o general Ballesta é aquela que poderá por em causa a integridade territorial de toda a Espanha "aquém e além mar". Quando a situação de conflito é latente toda a sociedade se vira para os militares á espera que estes cumpram com a sua obrigação. Não haverá lugar a desculpas nem a improvisações. É inaceitável que a juventude pague com sangue a improvisação do treino militar. Temos de ter capacidade para assegurar a vitória e assim garantir a liberdade.

Este livro mostra-nos uma história de coerência entre o pensamento e a vida de um militar que não andou por diferentes paragens, mas que teve sempre em funções com responsabilidade operacional.

http://www.operacional.pt/

O sítio denominado por "Operacional" é um sítio privado, dedicado a temas relativos à Defesa Nacional, às Forças Armadas e de Segurança e à problemática da guerra e da segurança em Portugal e no estrangeiro. É um empreendimento de três pessoas – António Carmo, Armando Marques e Miguel Machado, todos eles ex-militares – que começou há cerca de um ano e que hoje se consolidou ao ponto de ser incontornável para quem quer estar informado da dinâmica das Forças Armadas Portuguesas mas também de outros assuntos transversais à Segurança e Defesa. O que o torna apelativo é o facto de fazer *jus* ao seu nome, ou seja, é nos níveis técnico e táctico que os seus conteúdos se preenchem. Mas não fica por aqui. Quando o que se passa a níveis operacionais, estratégicos e político influencia as unidades aos mais baixos escalões, a Redacção/Administração cria espaços para o debate ou o próprio TCor Miguel Machado avança e dá o mote para reflexões futuras. Veja-se o artigo de opinião "Eleições 2009:A Defesa Nacional nos programas eleitorais" ou, mais recentemente, a "análise à Directiva do Comandante da ISAF".

Tudo no sítio não é mais do que a operacionalização do seu estatuto editorial, no qual se pode ler, entre outras coisas: "o Operacional quer contribuir, através da utilização de uma linguagem rigorosa mas descodificando o "calão" militar e de imagens de qualidade, para uma nova visão do trabalho desenvolvido pelos militares e polícias portugueses, o modo como estão organizados, equipados e armados e as missões que cumprem"; e acrescentam "o Operacional sabe que numa época de incertezas e ameaças globais, os profissionais das forças militares e de segurança nacionais, em contacto com estas realidades quer em território nacional quer um pouco por todo o mundo, têm que se manter actualizados. Procuraremos corresponder com reportagens sobre forças estrangeiras e apresentando em detalhe novos equipamentos e armas".

Na apresentação deixam claro, ainda, o seu nível de ambição: "Queremos que o Operacional chegue a todos os que em Portugal, nas comunidades portuguesas espalhadas pelos quatro cantos do mundo e também nos países que falam a nossa língua, têm interesse e curiosidade, profissional ou não, por estes assuntos, não raras vezes ausentes do panorama da comunicação social generalista. Acreditamos que a actividade das Forças Armadas e de Segurança, podem e merecem ser melhor analisadas, melhor cobertas. Não a partir da "redacção" mas sim do terreno, em contacto com aquilo que os homens e mulheres que escolheram estas profissões vêm no seu dia-a-dia".

O sítio, com um grafismo atraente e de fácil navegação, apresenta um leque alargado de informação que pode ser seleccionado pelo menu principal:

01. NOTÍCIAS
02. OPINIÃO
03. REPORTAGEM
04. PORTUGAL EM GUERRA - SÉCULO XXI
05. PORTUGAL EM GUERRA - SÉCULO XX
06. PORTUGAL EM GUERRA - SÉCULO XIX
07. TECNOLOGIA
08. JÁ LEMOS E...
09. ONTEM FOI NOTÍCIA - HOJE É HISTÓRIA
10. DISTINTIVOS E INSÍGNIAS
11. IMPRENSA

Percorrendo cada um destes assuntos encontramos informação interessante e ricamente ilustrada. Por exemplo, podemos ler uma reportagem sobre o Museu de Blindados de Saumur, mas também, percorrer, em detalhe, tecnologia ao serviço das Forças Armadas Portuguesa. Pela rapidez da sua actualização, o Operacional é uma forma de acompanhar o que se passa com as unidades portuguesa destacadas em Teatros de Operações tão variados como o Iraque, Afeganistão ou Kosovo, não só pelos protagonistas, mas também como somos vistos por terceiros quando somos objecto de reportagens.

Ao constatar o imenso património e potencialidades do Operacional como plataforma de informação útil transversal aos ramos das forças armadas e das forças de segurança, não podemos deixar de pensar que talvez fosse interessante potenciá-lo como um meio de difundir lições e técnicas identificadas nos diversos Teatros de Operações. Mas isto não dependeria somente da equipa do Operacional pois teriam de ser "alimentados" por quem no terreno sente as dificuldades e arranja maneira de as ultrapassar. Mas partilhar de forma transparente e humilde o que corre bem e, principalmente, o que corre mal, não é o forte dos militares portugueses. Contudo a dimensão conjunta, combinada e interagência que o Operacional oferece tornava-o ainda mais num espaço ímpar de crescimento profissional. Para isso quem está no terreno teria de avançar com as lições e técnicas que identificou no decurso de operações: fosse uma técnica específica de Check-point, organização de um cerco e busca, dicas de liderança ou Comando e Controlo de operações; ou, formas práticas de melhorar a cooperação técnico-militar, etc.

Para os profissionais de armas, investigadores e pessoas relacionadas de alguma forma com os assuntos de Segurança e Defesa, o Operacional é, sem margem para dúvidas, um sítio que deve ser adicionado aos "Favoritos" e visitado regularmente.

PS - Enquanto escrevia estas linhas procurava encontrar palavras curtas e sintéticas que pudessem caracterizar rapidamente a postura dos autores do Operacional. Já no fim destas linhas ocorreram-me as palavras de "sentido de cidadania militar". Talvez elas pudessem caracterizar os militares que depois de servirem nas fileiras continuam a dedicar à causa muito do seu tempo, saber e dedicação, fazendo-o com sentido de responsabilidade e maturidade, traduzido numa participação activa no esforço alargado para a informação dentro da própria esfera institucional mas também, para uma melhor e mais verdadeira percepção da sociedade civil sobre as forças armadas e o universo da Segurança e Defesa que a todos nos diz respeito. O Operacional e os seus autores são um exemplo saudável deste "sentido de cidadania militar".

TCOR Cav MIGUEL FREIRE
G3 BrigMec

Escola Prática de Cavalaria

CERIMÓNIA DE TOMADA DE POSSE DO 2º COMANDANTE DA ESCOLA PRÁTICA DE CAVALARIA

Em 22Jul09, realizou-se a Cerimónia de Tomada de Posse do novo 2º Comandante da Escola Prática de Cavalaria, o TCOR Cav João Carlos Vaz Ribeiro Amaral Brites.

A Cerimónia simples, digna e com a solenidade devida ao cerimonial militar, foi constituída pelos seguintes eventos: Cerimónia Militar na Parada Chaimite e Desfile das Forças em Parada, comandadas pelo 2º Comandante da EPC, TCOR Cav Amaral Brites.

VISITA À EPC DO CURSO DE FORMAÇÃO DE SARGENTOS FUZILEIROS DA ESCOLA DE FUZILEIROS DA ARMADA

Em 26Ago09, o Curso de Formação de Sargentos Fuzileiros da Escola de Fuzileiros da Armada, constituído por 31 Formandos e acompanhado por 1 Oficial e 1 Sargento, efectuou uma visita à Escola Prática de Cavalaria. Do programa da visita constou a apresentação de cumprimentos no Salão Nobre, visita à Colecção Visitável da Cavalaria Portuguesa "TCOR Cav Salgueiro Maia"; às cavalariças, onde tiveram contacto com a "arte de montar a cavalo" através de uma sessão de volteio e onde puderam assistir ao trabalho de alguns solípedes na guia mecânica e terminando com uma exposição de viaturas blindadas do Esquadrão de Apoio à Formação.

RECEPÇÃO DO 37º CURSO DE FORMAÇÃO DE SARGENTOS DE CAVALARIA

Em 31Ago09, teve lugar a tradicional Recepção do Curso de Formação de

Sargentos de Cavalaria. O Curso é constituído por 16 elementos 13 do sexo masculino e 3 do sexo feminino. Este evento conta com a presença de Sargentos de todas as Unidades de Cavalaria com o objectivo de ficar a conhecer os futuros Quadros da Arma. Esta Recepção tem como principal objectivo um primeiro contacto com as tradições da Arma e da Escola Prática de Cavalaria.

A Recepção do 37º CFS terminou com um jantar, onde os novos Sargentos foram calorosamente recebidos pelas gerações mais "antigas" de cavaleiros.

JURAMENTO DE BANDEIRA DO 2.º CURSO DE FORMAÇÃO DE SARGENTOS RV/RC – 09

Em 04Set09 realizou-se na EPC, a Cerimónia do Juramento de Bandeira do 2.º Curso de Formação de Sargentos RV/RC/09 Nesta Cerimónia presidida por S.Ex.ª o Comandante do Comando de Instrução e Doutrina, Tenente-General António José Maia de Mascarenhas, que cumulativamente efectuou uma visita de trabalho à EPC. Jurou Bandeira um efectivo de cerca de 67 Soldados Formandos que terminaram desta forma, a sua Preparação Militar Geral. No decorrer da cerimónia, na qual estiveram presentes várias individualidades e autoridades locais assim como muitos familiares dos Soldados Formandos. A Cerimónia terminou com uma demonstração de actividades do Grupo de Formação que englobou a educação física, técnica individual de combate e ordem unida, entre outras.

CERIMÓNIA DE TRANSFERÊNCIA DE COMANDO DA EPC

Em 09Set09, realizou-se a Cerimónia de Tomada de Posse do novo Comandante da Escola Prática de Cavalaria, o COR Cav João Manuel Vera Gonçalves Fernandes.

A Cerimónia simples, digna e com a

solenidade devida ao cerimonial militar, foi constituída pelos seguintes eventos: Cerimónia Militar na Parada Chaimite; Apresentação de cumprimentos no Salão Nobre; Brifingue sobre a Unidade; Almoço na Messe de Oficiais e Revista à Unidade.

VII FESTIVAL HÍPICO DE SARDOAL

Em 20Set09 a Escola Prática de Calaria (EPC) participou e apoiou o Município de Sardoal por ocasião do "VII Festival Hípico".

O "VII Festival Hípico de Sardoal" integrou as festas deste Concelho, que decorreram entre 18 a 22Set09 e celebraram o 447º aniversário da elevação do lugar de Sardoal à categoria de Vila, por Carta Régia passada por D. João II, em 22 de Setembre de 1531.

A Escola Prática de Calaria participou na Prova Hípica e, conjuntamente com uma viatura de divulgação da Direcção de Obtenção de Recursos Humanos, exibiu uma amostra estática composta por uma viatura V150 e Pandur 8x8.

VISITA À EPC DAS DELEGAÇÕES DAS CÂMARAS MUNICIPAIS DE ABRANTES E DE HITOYOSHI (JAPÃO)

Em 25Set09, as delegações das Câmaras Municipais de Abrantes e Hitoyoshi (Japão), no âmbito da oficialização do processo de geminação entre estas duas Autarquias, efectuaram uma visita à Escola Prática de Cavalaria. Do programa da visita constou a apresentação de cumprimentos no Salão Nobre, um briefing sobre a EPC, visita à Colecção Visitável da Cavalaria Portuguesa "TCOR Cav Salgueiro Maia"; às cavalariças, e à exposição de viaturas blindadas do Esquadrão de Apoio à Formação. A visita terminou com um almoço na Messe de Oficiais da EPC.

Regimento de Lanceiros nº 2

I CURSO DE PROTECÇÃO PESSOAL

Teve lugar de 04 Maio a 19 de Junho de 2009, no Regimento de Lanceiros N.º 2, o I Curso de Protecção Pessoal (I CPP).

O I CCT foi ministrado a um efectivo de 15 militares, entre Oficiais, Sargentos e Praças, todos do RL2 e contou com a participação de diversos palestrantes oriundos de diversas Entidades militares e civis ligadas à Segurança e Protecção de Pessoas e Bens, assim como de visitas de estudo a Entidades directamente associadas a esta temática.

Este Curso visa contribuir significativamente para que os instruendos adquiram uma formação adequada no âmbito da Protecção Pessoal, com vista a participação futura no aprontamento das Forças Nacionais Destacadas, Formação nos diversos Projectos da Cooperação Técnico-Militar com os PALOP's e eventualmente na preparação de equipas para integrar missões nos diversos Teatros de Operações, onde Portugal honra os seus compromissos Internacionais.

O Excelentíssimo Comandante do RL2, Coronel de Cavalaria Rui Jorge do Carmo Cruz Silva, convidou Oficiais e sargentos do RL2 a proceder à entrega dos Diplomas e Certificados aos instruendos, tendo proferido algumas palavras alusivas ao curso e formulado aos militares os votos das maiores felicidades nas suas carreiras com vista ao melhor aproveitamento dos conhecimentos adquiridos.

V CURSO DE CONTROLO DE TUMULTOS

Decorreu no Regimento de Lanceiros N.º 2 (RL2) de 04 a 22 de Maio de 2009, o V Curso de Controlo de Tumultos, cuja cerimónia de encerramento teve lugar na Sala das Armas do RL2.

Este Curso foi frequentado por 19 militares, dos quais 1 Oficial e 1 Sargento das Forças Armadas de Cabo Verde, 1 Sargento das Forças Armadas de S. Tomé e Príncipe, 1 Sargento da Força Aérea Portuguesa e 15 militares do Exército, tendo sido concluído por todos com aproveitamento.

Este Curso visa contribuir significativamente para que os instruendos adquiram todos os conceitos no âmbito do Controlo de Tumultos, tendo em conta que o princípio mais importante, é o emprego da força mínima para o cumprimento da missão, com vista a aumentar a eficiência da instrução no aprontamento das Forças Nacionais Destacadas e em proveito dos Projectos de Cooperação Técnico-Militar com os PALOP's.

FORMAÇÃO ESPECIAL DE POLÍCIA MILITAR NA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

Decorreu no período de 13 de Julho a 02 de Outubro do corrente ano, uma acção de Formação Especial de Polícia Militar (FEPM) no Centro de Formação de Polícia Militar (CFPM) das Forças Armadas de Defesa de Moçambique, na cidade de Maputo. Esta Formação decorreu no âmbito da Cooperação Técnico – Militar Luso Moçambicana, Projecto Nº 4 – Apoio Técnico à Polícia Militar, tendo sido ministrada por uma Equipa de Instrução constituída pelo Alf Cav Ivo Casciro e pelo 1 Sar Cav Rui Rodrigues a 27 Oficiais e 12 Sargentos do Exército Moçambicano.

A FEPM teve como principal finalidade actualizar e uniformizar os procedimentos doutrinários da Polícia Militar e desenvolver aptidões técnico – profissionais inerentes ao Agente de Polícia Militar, privilegiando aspectos como Conduta e Autoridade, Manutenção da Disciplina Lei e Ordem, Técnica e Táctica de Polícia Militar, Controlo de Circulação e Segurança de Áreas e Entidades.

Concluída a FEPM, teve lugar no dia 7 de Outubro a Cerimónia de Encerramento que foi presidida por sua Exa. o Ministro da Defesa Nacional da República de Moçambique, Filipe Nhusse, contando ainda com a presença do CEMGFADM, Gen Makaringue, com os Chefes de Estado Maior dos têS Ramos das Forças Armadas, Comandantes Funcionais e outros convidados militares e civis.

Do programa da cerimónia, constou uma demonstração levada a cabo pelos formandos, retratando algumas das principais áreas de Polícia Militar abordadas durante a Formação, tais como a Técnica de Bastão, Abordagem e Extracção de indivíduos suspeitos de viaturas, Protecção Pessoal e Levantamento de um Acidente de Viação. Seguiu-se depois uma Exposição Estática, ilustrando os vários equipamentos e materiais oferecidos pelo Exército Português através do RL2 e usados pelo Agente de Polícia Militar no cumprimento das suas missões nos vários Teatros de Operações. A cerimónia continuou com uma Parada Militar e leitura de mensagens, culminando com um jantar volante.

Houve ainda lugar à assinatura da Acta de Entrega de Material e Equipamento que o Exército Português ofereceu à Polícia Militar Moçambicana através do Regimento de Lanceiros Nº 2, tendo sido signatários por parte de Portugal, o Adido de Defesa em Moçambique, Cor Joaquim Stone e por parte de Moçambique, o Comandante da Polícia Militar, Cor Simbine, respectivamente.

ENCONTROS CONVÍVIO DE CPM

Tiveram, assim, lugar no RL2 os seguintes encontros: Em 09 de Maio de 2009 a CPM 3525 celebrando o 35º aniversário do seu regresso de Moçambique; Em 05 de Setembro a Companhia de Polícia Militar 1446, PPM 952 e PPM 1083, celebrando o 42º aniversário do regresso de S. Tomé e Príncipe.

Dos programas constaram os cumprimentos ao Comando, Missas na Capela do RL2, Cerimónias de Homenagem aos Mortos pela Pátria, descerramento de Placas Comemorativas e visitas ao núcleo Museológico e Unidade, aos quais se seguiram os almoços no Refeitório das Legendas.

EXPERIÊNCIA CINOTÉCNICA

No âmbito dos Trabalhos de Investigação Aplicada desenvolvidos pelos alunos finalistas da Academia Militar, realizou-se em 08 de Julho de 2009 no Regimento de Lanceiros Nº2 um exercício com à Secção Cinotécnica desta unidade.

Esta actividade visou desenvolver um Guião de Experiência do Aspirante de Infantaria Marcos, com a finalidade de comparar a eficiência dos binómios cinotécnicos relativamente a unidades sem cães, no cumprimento de tarefas em Operações de Apoio à Paz.

Regimento de Cavalaria nº 3

VISITA TGEN CID AO RC 3

Em 03SET09, deslocou-se em visita de trabalho ao Regimento de Cavalaria 3 (RC 3), o Comandante da Instrução e Doutrina (CID) – Tenente General (TGen) António José Maia de Mascarenhas.

302º ANIVERSÁRIO DO REGIMENTO DE CAVALARIA 3

O 302º Aniversário do REGIMENTO DE CAVALARIA 3 foi comemorado no passado dia 15 de Setembro de 2009. A Parada Militar teve lugar no Rossio Marques de Pombal na cidade de Estremoz.

Cerimonia foi presidida pelo Exmº TGeneral Morais de Medeiros, Director Honorário da Arma de Cavalaria.

XXVII CONCURSO NACIONAL COMBINADO "DRAGÕES DE OLIVENÇA"

Em 08 e 09 de Maio de 2009, realizou-se nos terrenos anexos à Carreira de Tiro do Ameixial a XXVII edição do Concurso Nacional Combinado (CNC) de Equitação "Dragões de Olivença", composto por uma prova de obstáculos e por uma prova de corta-mato.

Estiveram presentes no CNC representantes da Academia Militar, do Centro Militar de Educação Física e

Desportos, do Estado-Maior General das Forças Armadas, da Escola Prática de Cavalaria, do Comando da Logística, do Regimento de Manutenção, do Colégio Militar, do Regimento de Cavalaria 3 e da Guarda Nacional Republicana, bem como cavaleiros civis. Sendo o CNC uma prova aberta a toda a população, marcaram igualmente presença Entidades do concelho de Estremoz, para além de antigos militares que prestaram serviço no Regimento de Cavalaria 3.

Mais do que um concurso equestre em si mesmo, o evento desportivo realizado revestiu-se de extraordinária importância, porque nos permitiu dar continuidade a mais uma das nobres tradições equestres e preservar o espírito de corpo e o especial "bem estar", tão característicos da Arma de Cavalaria.

Nas duas Provas que constituíram esta 27ª edição do CNC, participaram 62 conjuntos (34 na prova pequena e 28 na prova grande), número considerável que nos encheu de alento e de motivação para a realização de edições futuras.

O XXVII CNC foi encerrado no Picadeiro do Regimento de Cavalaria 3 com o descerramento da placa de mármore alusiva ao conjunto vencedor do ano transacto.

344º ANIVERSÁRIO DA BATALHA DE MONTES CLAROS

O 344º Aniversário da Batalha de Montes Claros foi comemorado no passado dia 17 de Junho de 2009, junto ao Padrão alusivo à Batalha, localizado na área adjacente à estrada que liga Estremoz a Bencatel.

CERIMÓNIA DE TOMADA DE POSSE DO 2º COMANDANTE DO RC 3

Decorreu no dia 15JUL09 a cerimónia de Tomada de Posse do 2º Comandante do Regimento de Cavalaria 3, Tenente-Coronel de Cavalaria Nuno Gonçalo Vitória Duarte.

Na parada Macontene esteve presente toda a Unidade na Formatura Regimental para testemunhar o acto.

ENCERRAMENTO CURSO COND CAT "B" DA AM

Terminou em 29SET09 o Curso de condutores de categoria "B" de militares da Academia Militar, que decorreu no Regimento de Cavalaria 3 no período de 24AGO09 a 29SET09. O referido curso foi frequentado por 19 militares tendo, todos eles obtido aproveitamento.

ACTIVIDADES DAS UNIDADES RESENHA DE ACTIVIDADES DAS UNIDADES RESENHA DE ACTIVIDADES DAS UNIDADES RESENHA DE ACTIVIDADES DAS UNIDADES

Quartel da Cavalaria em Santa Margarida
Ex-Regimento de Cavalaria nº 4

VISITA DO PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA RÉPUBLICA PORTUGUESA, DR. JAIME GAMA

No dia 18 de Maio de 2009, a Brigada Mecanizada (BrigMec), recebeu a visita de sua Excelência o Presidente da Assembleia da Republica (PAR), Dr. Jaime José Matos da Gama. A visita teve como principal objectivo dar a conhecer o Carro de Combate Leopard2A6, recentemente adquirido ao Exército Holandês, e já ao serviço do Grupo de Carros de Combate e do Esquadrão de Reconhecimento.

VISITA DO PRESIDENTE DA COMISSÃO DE DEFESA NACIONAL (CDN), DR. MIRANDA CALHA

No dia 06 de Julho de 2009, o Quartel da Cavalaria da Brigada Mecanizada recebeu visita de sua Excelência o Presidente da Comissão de Defesa Nacional (CDN), Dr. Miranda Calha.

UTILIZAÇÃO DAS INSTALAÇÕES DO RI1 EM TAVIRA

No período de 13JUL09 a 31AGO09, o GCC/BrigMec destacou para o RI1 em Tavira, uma UEC para treino operacional, constituindo-se como Encargo Operacional do Regimento.

APOIO À ACADEMIA MILITAR

No período de 01 a 10 de Julho de 2009 a Academia Militar realizou o exercício táctico "LEÃO 09" no âmbito dos seus exercícios finais, tendo o GCC e o ERec participado no apoio prestado pela BrigMec, com um Pel CC e um Pel Rec.

VISITAS DE CURSOS DE LIDERANÇA

No âmbito das actividades complementares de formação desenvolvidas pela Academia Militar e dirigidas a civis, realizaram-se em 09Jul09 e 10Set09 respectivamente, as visitas ao Quartel da Cavalaria da Brigada Mecanizada, da 2ª edição do Curso de Liderança ministrado a alunos da Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade Nova de Lisboa e do 12º Curso de Liderança destinado a alunos da Universidade do Minho.

CERIMÓNIAS COMEMORATIVAS DO DIA DE PORTUGAL

O Quartel de Cavalaria (QCav) da Brigada Mecanizada participou no dia de 10JUN09 em Santarém, na cerimónia militar comemorativa do Dia de Portugal e das Comunidades Portuguesas, com uma UEB a 3 Esquadrões, nas forças apeadas em parada, comandadas pelo Comandante do QCav e uma força montada constituída por viaturas de lagartas de todas as unidades da BrigMec, comandada pelo 2º Comandante do QCav. Estas comemorações contaram também com uma mostra de actividades e meios no Jardim da Republica (junto das antigas instalações da Escola Prática de Cavalaria) onde, entre outros, esteve exposto um CC Leopard 2A6.

CAMPEONATO DE BTT DA BRIGMEC 2009

Decorreu no dia 30SET09 a prova de BTT da BrigMec, cuja responsabilidade da organização foi atribuída ao Quartel da Cavalaria. Participaram nesta prova todas as unidades da BrigMec e outras Unidades vizinhas (CSaúde, UALE, RI15, RMan e EPC) num total de 203 atletas (156 masculinos e 47 femininos). Da participação importa realçar a vitória do Esquadrão de Reconhecimento que obteve o troféu absoluto da prova.

VISITA DE UMA DELEGAÇÃO DA NAMSA E DA KMW

No período 22 a 24 Setembro de 2009, deslocou-se ao Quartel da Cavalaria e ao Batalhão de Apoio de Serviços da Brigada Mecanizada uma delegação da NAMSA, da empresa Krauss-Maffei Wegmann (KMW) (fabricante dos CC Leopard) e da DMT a fim de participarem numa apresentação de "telemanutenção", tendo em vista uma eventual contratação deste tipo de serviço para apoio à manutenção dos CC Leopard 2 A6.

Regimento de Cavalaria nº 6

ENCONTRO DE ex MILITARES DO RI 8

Em 12 SET09, 140 ex militares do RI 8 reuniram-se no RC6 com o objectivo de efectuar o tradicional convívio anual. O Regimento apoiou o evento, confeccionando e servindo o Almoço, para além de ter disponibilizado as instalações para uma visita que serviu para matar saudades e relembrar "estórias" de então.

PLANO VULCANO

No âmbito do Plano de Protecção da Floresta o RC 6 apoiou a Autoridade Florestal Nacional (AFN) contribuindo com duas equipas de Sapadores do Exército para a Defesa da Floresta Contra Incêndios (SEDFCI) num total de 4 Sargentos e 20 Praças. As equipas estiveram sedeadas de 01JUN09 a 15OUT09 em Castro Laboreiro, concelho de Melgaço e em Vieira do Minho.

FESTIVAL INTERNACIONAL DE FOLCLORE DE BRAGA

De 30JUL a 01AGO09 o RC 6 apoiou o 11º Festival Internacional de Folclore de Braga. O apoio materializou-se através da cedência de instalações para o alojamento e alimentação de ranchos folclóricos de vários países.

COMEMORAÇOES DO DIA DO EXÉRCITO

O RC 6 participou e apoiou as comemorações do Dia do Exercito que decorreram na cidade de Braga no período de 21 a 25OUT09.

Do amplo Programa fizeram parte: Exposição de Materiais e Pólos de Excelência, Exposição de Pintura, Jornadas Académicas, Demonstrações de Capacidade e Meios, um Concerto pela Banda

Sinfónica do Exército e os "Corvos", uma Missa Solene na vetusta Sé de Braga, Cerimonia e desfile militar.

O almoço oficial que encerrou as comemorações foi servido no interior do Regimento.

EXERCICO "ORION"

O Exercício ORION constituiu mais uma oportunidade para efectuar um teste ao Plano de Segurança do Regimento. As recentes alterações introduzidas na elaboração deste Plano revelaram-se ajustadas. O ERec participou com um Pelotão no FTX, integrando o Batalhão ISTAR utilizado neste exercício.

Centro Militar de Educação Física e Desportos

TORNEIO DE ESGRIMA DO CMEFD

Realizou-se neste Centro Militar nos dias 1 e 5 de Maio, o Torneio de Esgrima do CMEFD. Nesta competição, disputada a três armas, sabre masculino, espada masculina e feminina, participaram elementos de diversas U/E/O do Exército, da Força Aérea, da Guarda Nacional Republicana, da Liga dos Combatentes e dos Estabelecimentos de Ensino Militares, num total de cerca de 50 atiradores.

VISITA DO CENTRO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA ARMADA

Em 28 de Maio de 2009 visitou o CMEFD uma delegação do Centro de Educação Física da Armada.

ENCERRAMENTO DOS CURSOS DE MONITOR, INSTRUTOR E MESTRE DE EQUITAÇÃO

Realizou-se no dia 16 de Julho de 2009 o encerramento dos cursos de monitor, instrutor e mestre de equitação, frequentados respectivamente por 2 Sargentos e um civil, este proposto pela FEP, 2 Capitães e 2 Oficiais superiores. O programa constou de uma demonstração equestre efectuada pelos instruendos dos cursos a que se seguiu a cerimónia de encerramento. Presidiu o Director da Formação do Comando da Instrução e Doutrina, MGEN Alfredo Nunes da Cunha Piriquito, e na ocasião foram entregues os diplomas e insígnias aos novos monitores, instrutores e mestres de equitação do Exército.

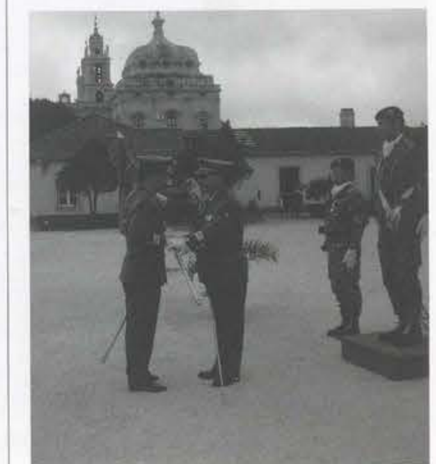
VISITA DO TGEN COMANDANTE DA INSTRUÇÃO E DOUTRINA AO CMEFD

No dia 10 de Agosto de 2009 o Comandante da Instrução e Doutrina do Exército, TGEN António José Maia de Mascarenhas, efectuou uma visita ao CMEFD.

DESPEDIDA DO COMANDANTE DO CMEFD

Realizou-se no passado dia 2 de Setembro de 2009, a cerimónia de despedida do Comandante do Centro Militar de Educação Física e Desportos, COR CAV José Maria Rebocho Pais de Paula Santos. Após o almoço de despedida no Campo dos Plátanos, o COR CAV Paula Santos procedeu à assinatura da sua última ordem de serviço como Comandante do CMEFD, finda o que, em cerimónia militar na Parada dos Garanhões, entregou o Comando da Unidade ao TCOR INF Jorge Manuel de Carvalho Zilhão.

TOMADA DE POSSE DO COMANDANTE DO CMEFD



No dia 4 de Setembro de 2009, assumiu o Comando do Centro Militar de Educação Física e Desportos o COR INF João Vasco Sousa de Castro e Quadros. Após a cerimónia militar que decorreu na Parada dos Garanhões, onde o TCOR INF Jorge Manuel de Carvalho Zilhão lhe fez entrega do Estandarte Nacional à guarda do Centro, o Comandante recebeu os Oficiais e, seguidamente, os Sargentos e os funcionários civis do Centro, após o que passou revista geral de quartéis. Concluído o almoço convívio no Campo dos Plátanos, o COR INF João Quadros assistiu a uma apresentação efectuada pelo 2º Comandante, finda a qual assinou a sua primeira ordem de serviço como Comandante do CMEFD.

II TORNEIO DE GOLFE DO CMEFD

Inserido nas comemorações do 98º aniversário do Centro Militar de Educação Física e Desportos realizou-se em 19 de Setembro de 2009, o II Torneio de Golfe do CMEFD. Esta prova realizou-se no campo do *Lisbon Sports Club*, e contou com a participação de vários golfistas militares, entre os quais o GEN Rocha Vieira e o TGEN Rodrigues Areia. Concluída a competição, com a presença do Comandante da Instrução e Doutrina do Exército, TGEN António José Maia de Mascarenhas, realizou-se no museu do CMEFD um jantar convívio onde foram entregues os diversos prémios em competição.

UALE - Unidade de Aviação Ligeira do Exército

PARTICIPAÇÃO DA UALE NO PORTUGAL AIR SHOW 2009

De 18 a 20 de Setembro o Aeródromo Municipal de Évora acolheu a 7ª edição do Portugal Air Show, o maior evento aeronáutico da Península Ibérica. Esta foi já a 7ª edição deste evento bienal composto por exibições aéreas diversas, aeronaves em exposição estática, simuladores de voo, stands expositores, baptismos de voo, demonstrações de aeromodelismo, etc.

Como sempre marcaram presença as principais empresas e entidades do sector aeronáutico nacional nas diversas vertentes (civil e militar) como a TAP, INAC, a Força Aérea Portuguesa (FAP) e Marinha. Desta feita, e pela primeira vez, esteve representada a Aviação do Exército através de um stand expositor a cargo da Unidade de Aviação Ligeira do Exército incluindo uma breve resenha da história da Aviação do Exército, as infra-estruturas do Aeródromo Militar de Tancos – localização desta Unidade - e uma súmula do Programa NH90.

O Stand acolheu inúmeros visitantes, interessados principalmente em obter informação acerca do calendário previsível de chegada dos helicópteros (2012-2014 para os NH 90) tendo esta participação constituído uma excelente divulgação da Unidade no seio de uma comunidade muito ligada às actividades aeronáuticas.

Unidade de Segurança e Honras de Estado / GNR

RMOP

Terminou no passado dia 21 de Maio de 2009, o 20º Curso de Restabelecimento e Manutenção da Ordem Publica, (RMOP), realizado nesta Unidade. Este Curso, com a duração de 1 mês, visa formar o cavaleiro e cavalo para uma situação real de situação de alteração da ordem pública em todos os cenários possíveis, conhecidos até ao momento.

Além da formação essencialmente equestre, em que o cavalo e o cavaleiro são confrontados permanentemente com obstáculos de grau muito elevado, tem também a formação literária, em que se transmite ao aluno todas as situações de legalidade e ilegalidade, previstas no Código Penal (CP) e Código de Processo Penal (CPP).

ESCOLTA HONRA

Missão essencial desta Unidade de Segurança e Honras de Estado da Guarda Nacional Republicana, é a representação de Estado e a prestação de Honras Protocolares de Estado, às mais altas figuras de Países com representação diplomática em Portugal.

Desta feita, um Grupo a cavalo da USHE/GNR, recebe em Belém, em frente ao Mosteiro dos Jerónimos, o Embaixador de Angola e toda a representação diplomática daquela embaixada.

Também no mesmo dia, a Líbia enviou o seu representante diplomático a quem o mesmo grupo a cavalo prestou as Honras devidas.

VISITA DELEGAÇÃO ESPANHOLA

Numa estreita ligação profissional e de cooperação, entre as duas instituições: Guarda Nacional Republicana de Portugal e *Guardia Civil* de Espanha, visitou a GNR, uma delegação da Unidade de Controlos Móveis desta congénere espanhola.

HIPOTERAPIA

Também no âmbito social e de cooperação com a sociedade civil, a USHE/GNR, tem desenvolvido esforços no sentido de satisfazer as necessidades daqueles que necessitam e gostam, conforme os casos.

No presente caso, uma jovem deficiente física, tem o seu primeiro contacto com o cavalo.

Promoções e Nomeações

PROMOÇÕES A:

COR Cav:

TCOR Cav CARLOS ALBERTO LEIRIA LEAL

TCOR Cav VITOR MANUEL MEIRELES DOS SANTOS

TCOR Cav:

MAJ Cav JOSÉ LUIS SIMÕES

MAJ Cav JOSÉ CARLOS S. M. ALMEIDA LOUREIRO

MAJ Cav PAULO J. ENCARNAÇÃO MENDES BARROS

MAJ Cav JORGE FILIPE DA SILVA FERREIRA

MAJ Cav:

CAP Cav LUÍS ANTÓNIO ANDRADE SEABRA PERALTA PIMENTA

CAP Cav FERNANDO AUGUSTO BARROS DE CASTRO E SOUSA

CAP Cav RUI CARLOS SOBRINHO FERNANDES

CAP Cav FERNANDO LUÍS FERREIRA DA SILVA

CAP Cav CARLOS JORGE V. BASTOS FERREIRA MARQUES

SAJ Cav:

1SAR Cav MANUEL PAULINO MATOS MODESTO

1SAR Cav JOSÉ FERNANDO TEIXEIRA PINHEIRO

1SAR Cav JOSÉ EMANUEL MARTINS FERNANDES

1SAR Cav CARLOS ALBERTO CANDEIAS CLARO

SCH Cav:

SAJ Cav JOÃO MANUEL TRINDADE FERNANDES RODRIGUES

SAJ Cav PAULO JOSÉ ANTUNES RAINHO

TEN Cav PAULO FERNANDES
EPC

COLOCAÇÕES

COR TIR Cav TIAGO M. RAMOS C A VASCONCELOS, IGE.

COR Cav RUI ALVES TAVARES FERREIRA, IMPE.

COR Cav VIRIATO CÉZAR COELHO DO AMARAL, Gab CEME

COR Cav JOSÉ M. REBOCHO PAIS DE PAULA SANTOS, IGE.

TCOR Cav JAIME JOAQUIM PICADO NOGUEIRO, CID.

MAJ Cav LUÍS M. CORREIA MOURATO GONÇALVES, RC3.

MAJ Cav BERNARDO LUIS S. L. LOPES DA PONTE, IESM.

MAJ Cav JOÃO CARLOS P. B. F. N. SANTANA, EME.

MAJ Cav CARLOS MANUEL DA COSTA MACHADO, CmdLog.

MAJ Cav RUI MIGUEL S. R. REBORDÃO DE BRITO, CmdOp.

CAP Cav ANTÓNIO AUGUSTO GUERRA COSTA, EME.

CAP Cav DUARTE BENEVIDES PAMPLONA DE SOUSA, Cmd ZMA.

TEN Cav FLÁVIO DE JESUS DA GRAÇA LIMA, EPC.

ALF Cav DAVID MIGUEL TAVARES COSTA GARCIA, EPC.

NOMEAÇÕES

COR Cav LUÍS RODRIGUES DA SILVA, Cdte da UnAp/EME.

COR Cav JOÃO MANUEL V. G. FERNANDES, Cdte da EPC.

TCOR Cav NUNO GONÇALO VITÓRIA DUARTE, 2.º Cdte do RC3.

TCOR Cav JOÃO CARLOS VAZ R. AMARAL BRITES, 2º Cdte da EPC.

TCOR Cav JOSÉ MANUEL CARREIRO CRESPO, Cdte do Grupo de PE do RL2.

TCOR CAV JORGE MANUEL ANTUNES CAMEIRA, 2.º Cdte da UnAp/AMAS.

INDIGITAÇÕES:

COR Cav JOSÉ MANUEL GOMES TAVARES, DGPRM/MDN.

TCOR Cav PAULO MANUEL REBELO CANDOSO, DAAC/DGPRM.

TCOR Cav JORGE FERNANDO DE ALMEIDA BRITO, DIREC/EMGFA.

ÓBITOS DE OFICIAIS E SARGENTOS DE CAVALARIA:

COR Cav José Alberto Menezes Pereira Monteiro

COR Cav Abílio de Oliveira Ferro

COR Cav Duarte Manuel de Amarante Rocha Pamplona

COR Cav António Vital Fernandes Faia

SCH Cav Alfredo Manuel Batalha Santos

SAJ Cav Manuel Augusto Ferreira

SAJ Cav Joaquim Gabriel Rosado Caeiro

cmi DEFENCE

SISTEMA DE ARMAMENTO CT-CV™ DE 105 MM

testado com sucesso no Pandur II 8x8
no Campo Militar de Santa Margarida
em Dezembro de 2007

www.cmigroupe.com ▪ defence@cmigroupe.com

Groupe Cockerill Maintenance & Ingénierie